

RELATÓRIO ECONÓMICO

3.º TRIMESTRE DE 2019



Centro de Investigação
Económica da Universidade
Lusíadas de Angola

Investigadores participantes:
Heitor Carvalho
António Estote

o do Lumeji
Nº11/13 Luanda
Mutamba (Ex-casa Americana), 56MH+JW Luanda
www.cinvestec.com

ÍNDICE GERAL RESUMIDO

NOTA INTRODUTÓRIA.....	2
1 SUMÁRIO	3
2 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB).....	8
3 ESFERA EXTERNA — BALANÇA DE PAGAMENTOS (BP).....	19
4 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS.....	30
4.1 AMBIENTE DE NEGÓCIOS.....	30
4.2 POLÍTICA MONETÁRIA.....	36
4.3 POLÍTICA FISCAL.....	42
5 ANEXOS.....	45
6 ACRÓNIMOS.....	52

NOTA INTRODUTÓRIA

A pandemia da Covid 19 veio acrescentar a emergência sanitária à emergência económica em que vivíamos. Pensamos que, no essencial, a validade do que afirmamos neste relatório se mantém e reforça com a situação actual. Saudamos, desde logo, a decisão do governo de redução do número de ministérios e corte em alguns gastos supérfluos. Contudo, aconselha-se a maior prudência em tudo o que possa conduzir à redução da produção. Aparentemente não se estão a tomar medidas para que a criação de valor se mantenha e desenvolva o que poderá, a curto prazo, comprometer a nossa capacidade de fazer face à própria emergência sanitária.

Este relatório visa apresentar a evolução dos principais agregados económicos nacionais, analisando os dados mais recentes publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), Banco Nacional de Angola (BNA), Ministério das Finanças (Minfin) e outros, cuja recolha encerrou no dia 28 de Fevereiro de 2020. A referência ao 3.º Trimestre de 2019 é apenas determinada pela publicação do PIB pelo INE; nos casos em que apenas existam dados até ao 3.º Trimestre, será, sempre que possível, apresentada a nossa previsão para o 4.º Trimestre e para o conjunto do ano de 2019.

De notar que os dados publicados pelos diversos organismos começam por ser preliminares, sofrendo, normalmente, alterações substanciais pelo menos até ao final do 2.º trimestre após a sua primeira publicação.

Preenchemos a cinzento as informações ou discussões de carácter mais técnico, dando a possibilidade ao leitor de “saltar” estes parágrafos sem perder o conteúdo do relatório.

O corpo principal deste relatório (sem anexos) contém, a partir do sumário, 23 páginas, correspondentes a cerca de 45 minutos de leitura. O espaço restante é constituído por gráficos.

1 SUMÁRIO

A situação é de verdadeira emergência nacional!

O PIB, em medidas encadeadas de volume, passa da estagnação, em 2017, para um declínio de -1%, nos últimos 2 anos. O PIB nominal deflacionado apresenta, em 2019, uma trajectória sempre negativa (-10% a -5%).

A tendência do VAB petrolífero varia entre -9% e -5%. O sector petrolífero está em franco declínio! As previsões do MinFin e do BNA apontam para uma queda significativa da produção, que atinge o patamar do milhão de barris, em 2024, virtualmente desaparecendo em 2030. O declínio tem sido ainda mais rápido do que as previsões, com a produção real, de 2019, a situar-se 3% abaixo da estimativa do BNA e em linha com a sua previsão para 2021 e 16% abaixo da estimativa do MinFin, aproximando-se da sua previsão para 2022. A queda da produção está a ser 3 a 4 anos mais rápida do que se antevia. Em termos de rendimento do Estado, incluindo concessionária, a previsão do BNA mostra uma queda da receita petrolífera da ordem dos 40% até 2025 (6 anos).

O VAB não-petrolífero tem uma linha de tendência quase horizontal entre -0,5% e 1%. A economia não-petrolífera está estagnada, pelo menos desde o 3.º Trimestre de 2017! A linha de tendência da procura interna de produtos internos (que, no nosso país, é a melhor aproximação ao rendimento dos cidadãos na ausência de dados sobre o rendimento nacional) atinge um mínimo de -12,5%, no 4.º Trimestre de 2018. O crescimento homólogo de 11,5%, no 3.º Trimestre de 2019, conduz a uma inversão acentuada da tendência. Porém, tendo havido uma significativa alteração dos dados iniciais dos 1.º e 2.º trimestres, devemos considerar os dados do 3.º Trimestre como muito preliminares. Há, contudo, alguma razão para optimismo.

O VAB não-petrolífero *per capita* cai 2,5%, em 2019, correspondendo a -8,4% do seu valor em 2016; a procura interna de produtos internos cai 6%, em 2019, situando-se 23% abaixo do valor de 2016. Os cidadãos perderam, desde 2016, entre 1/4 e 1/5 do seu rendimento!

A estrutura do VAB não-petrolífero deteriorou-se: o peso dos sectores que consideramos prioritários — agricultura, pescas, indústria e turismo — passa de 27,5% para 25,5%; ao invés, os 4 sectores dominantes — imobiliário (construção e serviços imobiliários), serviços públicos e comércio — sobem de 57,9% e 59,7%. Há 8 trimestres que os sectores prioritários decrescem, invariavelmente, a um ritmo de 4% por trimestre!

O indicador de clima económico deteriorou-se para -7 pontos, no 3.º Trimestre de 2019, depois de 12 trimestres de recuperação.

A taxa de actividade urbana atingiu 86% e a taxa de desemprego urbana 43%, ambas com tendência para aumentar. Não apenas as condições de emprego são precárias e os rendimentos tão baixos que exigem que, virtualmente, todos os adultos necessitem de trabalhar, como uma parte significativa, apesar de querer, não o consegue.

Nas contas externas, até ao final do 3.º Trimestre, a degradação da Balança Real deveu-se essencialmente, ao desempenho da balança de bens em consequência da redução de cerca de 5.300 (17%) nas exportações e 1.000 milhões (8%) nas importações. As exportações de todos os produtos, excepto petróleo e diamantes, caem 29%, tornando o seu peso ainda mais irrelevante (0,41%), contradizendo frontalmente o objectivo de diversificação da economia. Estando a produção interna estagnada, a redução de 10% nas importações de bens finais mostra como o consumo das famílias se agravou.

A balança de serviços reduz-se em cerca de 1,2 mil milhões de USD (bom sinal) em resultado do declínio de 17% das importações, mas as exportações de serviços também caem 11%.

Os juros e lucros expatriados correspondem a uma rentabilidade potencial anual de 10% sobre os investimentos estrangeiros no país; em contrapartida, os lucros e juros repatriados apenas correspondem a cerca de 1,7% (percentagem anualizada) dos investimentos angolanos no exterior.

A carteira de activos (sem reservas) decresceu, até ao 3.º Trimestre de 2019, quase 4 mil milhões de USD, devido a fluxos negativos de 2,8 mil milhões e desvalorizações de 1,2 mil milhões. Em contrapartida, o investimento financeiro em Angola reduziu-se 4,6 mil milhões, sobretudo devido à diminuição de 3,5 mil milhões no investimento directo. O volume destes movimentos financeiros tem uma importância decisiva na disponibilidade de fundos do país, representando uma perda de quase 6 mil milhões de USD (4,6 de redução do investimento estrangeiro e 1,2 de desvalorização dos nossos activos no estrangeiro).

As reservas brutas reduziram-se 756 milhões até ao 3.º Trimestre. Contudo, recuperam significativamente no 4.º Trimestre e caem, ligeiramente, em Janeiro de 2020. As reservas líquidas seguem, aproximadamente, o curso das reservas brutas. Com a nossa estimativa de importações de bens e serviços para Janeiro de 2020, as reservas líquidas devem cobrir cerca de 7 meses de importações, e as reservas brutas 10 meses.

As políticas recentemente defendidas pelas associações patronais junto do Ministro da Economia são tendencialmente monopolistas, conduzindo, objectivamente, à protecção de lucros ilegítimos, à deterioração da competitividade e à criação de barreiras à concorrência. A divisão rígida do comércio entre grossistas e retalhistas, a proibição da importação de bens de consumo produzidos no país e a compra preferencial de produtos nacionais pelo Estado não desenvolvem a produção nacional, antes a estagnam no actual nível de produtividade e capital, graças à criação de um mercado cativo; embora possam proteger algumas empresas, irão inviabilizar outras, acelerando as falências e o desemprego; mas, acima de tudo, constituem um forte factor de repulsa de novos investimentos! Não duvidamos das boas intenções, mas, objectivamente, os resultados serão estagnação e inflação acentuadas.

A única forma de sair da situação em que vivemos consiste em atrair capitais nacionais e estrangeiros.

Mais de 70% das empresas constituídas nunca iniciaram actividade. O Estado deve urgentemente deixar de ser controlador para passar a ser impulsionador dos negócios privados. Os ministros devem deixar de se preocupar com autorizar e controlar, devendo o seu desempenho ser medido, exclusivamente, pelo número de empresas activas e pelo volume e crescimento da actividade fiscalmente relevante das empresas do seu sector.

Para desenvolver a produção agrícola e a actividade económica nas Províncias, são necessárias estradas em bom estado. Não resolver este problema é condenar o país ao declínio da produção.

O nível de burocracia do Estado continua imenso. A reestruturação do aparelho de Estado deve começar por um substancial corte no número de ministérios, eliminando funções redundantes e desnecessárias e postos de trabalho burocráticos, ao mesmo tempo que se aumentam os efectivos necessários nas áreas da educação, saúde, justiça e polícia.

O investimento nas infra-estruturas de água, electricidade, saneamento e segurança, bem como a sua dotação com a despesa corrente necessária ao seu funcionamento e manutenção adequados são, também, essenciais à melhoria da competitividade dos negócios.

A propriedade deve ser protegida e registada para que o capital se acumule. Acções e legislação que favoreçam a agregação de capitais e, sobretudo, o reinvestimento dos lucros devem ser prioritárias. A transformação das relações de propriedade e o seu registo efectivo, especialmente da propriedade da terra e construções, para que possam funcionar como capital, devem constituir prioridade do Estado.

O investimento na formação de um número maior de juristas, a dotação dos tribunais com meios humanos, materiais e financeiros e, eventualmente algum investimento em instalações são, na nossa opinião, igualmente, decisivos para que se reduza a incerteza e os negócios prosperem.

Os recursos naturais, contrariamente ao resto, devem ser controlados e a sua exploração limitada. A nível das pescas é necessário criar pontos de descarga controlados. Também o controlo da madeira deve ser feito através dos mercados e não da forma administrativa e burocrática que se tem revelado completamente inoperacional.

Para que exista turismo é necessário, para além das questões ligadas à propriedade e ao bom estado das estradas, dar prioridade à celeridade dos processos no único aeroporto que funciona para o tráfico internacional, à manutenção adequada dos pontos de interesse, a uma boa limpeza geral do país e à segurança e liberdade para quem frequenta as zonas turísticas e de diversão.

Enquanto, na produção camponesa tradicional, um grande número de filhos significava maior riqueza, na realidade urbana contemporânea, significa mais pobreza. Na sociedade actual, os pais têm o dever de alimentar e educar os filhos com saúde. Medidas no sentido de impor os deveres de paternidade são essenciais e urgentes; cada casal deve apenas ter o número de filhos que pode sustentar adequadamente.

A educação exige investimento em escolas, na formação de meios humanos e na aquisição de equipamentos com um crescimento proporcional ao aumento populacional, sendo, a curto prazo, necessário colmatar o *deficit* existente, dedicando recursos adicionais a este sector. O nível de exigência e a qualidade dos professores e da aprendizagem dos alunos é prioritário. A valorização dos professores, aliada a um grau de exigência de qualidade mais elevado, é fundamental. Deve garantir-se que os padrões mundiais de educação sejam atingidos num número bem definido de anos, impondo-se objectivos anuais exigentes.

A nível da saúde, temos de parar de fazer mais hospitais para nos dedicarmos, primeiro, a recuperar a correcta operação dos existentes. O investimento tem de consistir na formação acelerada dos meios humanos e na aquisição dos meios técnicos necessários a transformar as paredes existentes em hospitais e centros de saúde; e deve ser feito um plano de emergência que acabe com a aberração de termos a maior parte dos actos médicos executados por enfermeiros.

A segurança pública é prioritária e deverá crescer, adequadamente, com a população. É importante que a Polícia Nacional altere a sua actuação, reduzindo o controlo sobre os cidadãos e privilegiando a sua segurança.

O País está em situação de emergência nacional! Necessita, pois, de direccionar os seus recursos para a manutenção dos actuais serviços públicos, melhorando-os através de ganhos de produtividade, e colocar os restantes recursos nas direcções prioritárias que acabámos de listar. Na nossa opinião, tudo o resto deve esperar. Os recursos libertos com esta redução da despesa deverão ser usados, exclusivamente, para reduzir a dívida.

No que diz respeito à política monetária, a intensa desvalorização cambial no 4.º Trimestre foi, em grande parte, resultante da inacção do BNA, desde Outubro de 2018, deixando ao mercado informal, durante um ano, a iniciativa de fixação das taxas de câmbio!

Desde Dezembro de 2017, até Dezembro de 2019, a moeda nacional cresce, apenas, 7%, face a uma inflação (dados oficiais) de 39%. Esta redução da oferta real de moeda teve um impacto significativo no consumo real das famílias e na tesouraria das empresas. Também os depósitos em moeda estrangeira decrescem quando valorizados em USD. Sem crescimento monetário, o investimento dificilmente aparecerá.

A “dolarização” da economia, isto é, o total de moeda estrangeira sobre o total de moeda (nacional e estrangeira) sobe de 38%, no final de 2018, para 55%, no final de 2019.

A evolução do crédito à produção parece agora ter descolado, apresentando já uma significativa correlação inversa com as taxas de juro. Contudo, a base de partida é extremamente baixa. A concorrência da dívida pública face ao crédito à actividade continua forte, não havendo qualquer incentivo para a banca emprestar à economia quando beneficia das taxas de juro mais elevadas da dívida pública; ainda por cima com garantia estatal. O Estado tem de reduzir urgentemente a dívida para libertar liquidez para o crédito à actividade económica.

O PAC não teve resultados conhecidos nem parece que venha a ter maior sucesso do que qualquer outro projecto semelhante. Infelizmente, também falhou o protocolo do BNA com 8 grandes bancos, destinado a “forçar” o crédito à economia. Sendo os principais entraves ao seu sucesso a qualidade e elevado endividamento dos investidores existentes e a falta de colaterais, é fundamental atrair capital novo, nacional e estrangeiro, e registar urgentemente a propriedade fundiária para que o programa resulte.

A taxa de inflação do INE perdeu toda a credibilidade com os números do 4.º Trimestre. A inflação, entre Setembro e Dezembro, NÃO FOI de 4,9%, como afirma o INE mas sim, seguramente, superior a 70%. O crescimento dos preços por produto, constantes das publicações de inflação do INE não correspondem, nem de longe, à realidade dos mercados. Não se trata de ponderadores ou locais de recolha de preços: **os preços estão errados!**

O fim dos subsídios aos combustíveis irá, provavelmente, ditar uma nova subida acentuada dos preços. Embora consideremos que são uma forma muito injusta de redistribuição, a sua eliminação brusca provocará um novo choque dramático nos custos de produção que afectará acentuadamente o PIB.

Se excluirmos a redução da dívida, subtraindo ao saldo orçamental não financeiro de 462 milhões os 213 milhões de despesa financeira, obtemos 250 milhões de *superavit*, na execução do OGE de 2018, o que é muito louvável.

Contudo, o nível de investimentos é totalmente incompatível com o crescimento da despesa de funcionamento (bens e serviços), resultando na criação de mais e mais estruturas que ficam abandonadas ou se deterioram rapidamente por serem usadas de forma inadequada.

A despesa por função tem uma execução de 93% nos gastos sociais e económicos, 98% na defesa e segurança e 86% nos Serviços Gerais do Estado, do que resultou uma execução global de 88%. Esta distribuição parece ser globalmente positiva, isto é, a execução orçamental parece seguir a linha estabelecida no orçamento, apenas com o prejuízo da burocracia do Estado.

Contudo, os orçamentos deviam, na nossa opinião, garantir a manutenção do nível dos serviços públicos existentes, melhorando, apenas e exclusivamente, as direcções prioritárias enunciadas, reduzindo assim, significativamente, a despesa e a dívida.

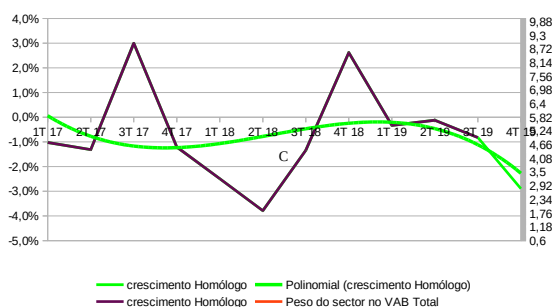
2 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)¹

2.1 PIB TOTAL

A linha de tendência é a linha polinomial de grau 3. A previsão para o 4.º Trimestre resultou da aplicação da equação de previsão “PREVISÃO.ETS.MULT”, do LibreOffice à série de dados entre o 1.º Trimestre de 2017 e o 3.º Trimestre de 2019.

A escala do crescimento está colocada à esquerda; a do peso do sector à direita. A linha de tendência, referente ao crescimento, deve ser lida à esquerda. A linha roxa corresponde aos valores do INE; o prolongamento a verde à nossa previsão para o 4.º Trimestre.

Gráfico 1 – Evolução do PIB em medidas encadeadas de volume 2017-2019



O crescimento do PIB, em medidas encadeadas de volume, apresenta valores negativos em toda a série, com excepção de dois picos, muito estranhos, no 3.º Trimestre de 2017 e no 4.º Trimestre de 2018, e um vale profundo, igualmente estranho (-4%), no 2.º Trimestre de 2018.

A linha de tendência descreve um arco convexo³ pouco acentuado (entre -1% e 0%), até ao 1.º

Trimestre de 2019, invertendo depois para um arco côncavo, de pendente acentuada, que atinge -3%, com a previsão do 4.º Trimestre.

Em termos anuais, o país encontra-se em recessão há 4 anos, com tendência para estabilizar à volta de -1%.

Comparando as previsões das várias entidades, para o crescimento do PIB, em 2019, temos:

Tabela 1 – Previsões da variação do PIB

	Previsão do PIB	Este Rel	Gov	FMI	BM
Variação do PIB		-1,1%	-1,1%	-1,1%	0,7%

No relatório anterior, considerando o efeito das correcções das previsões sectoriais, antevíamos uma recessão de 0,9%, que, com os dados do 3.º Trimestre, se transformou, agora, em -1,1%, em linha com as previsões do Governo e do FMI. Há, contudo, que dar crédito aos técnicos do MinFin, que

¹ Os dados referem-se às Medidas Encadeadas de Volume publicadas pelo INE na NOTA DE IMPRENSA Produto Interno Bruto – III Trimestre de 2019 – Janeiro de 2020. As estatísticas do INE baseiam-se em dados dos ministérios o que, tendo em conta as deficiências técnicas de muitos departamentos de estatística sectoriais, compromete a sua consistência. As nossas análises e previsões estão, naturalmente, sujeitas às frequentes e, por vezes, significativas alterações dos dados de base.

² PREVISÃO.ETS.MULT — “Devolve um ou mais valores estatísticos resultantes dos algoritmos multiplicativos ETS/EDS. A suavização exponencial é um método de suavização de valores de uma série temporal para prever os valores futuros. A suavização exponencial tripla (ETS) é um conjunto de algoritmos em que as influências periódicas (sazonais) e as tendências são processadas. [O cálculo é feito de acordo] com o modelo previsão = (valor_base + tendência * Δx) * aberração_periódica” — in Ajuda do LibreOffice 6.3.

³ Usamos os conceitos de convexidade e concavidade relativamente ao eixo horizontal: uma curva convexa tem máximos nos extremos e mínimo no centro; uma curva côncava tem mínimos nos extremos e máximo no centro.

previam, já no trimestre passado, uma recessão de 1,1%. A previsão do Banco Mundial (BM) continua bastante optimista, essencialmente porque não foi actualizada, como as restantes.

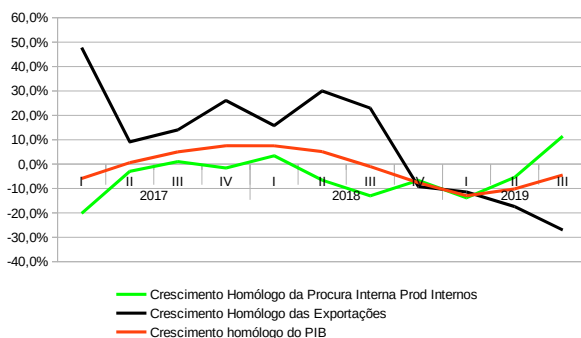
Tudo aponta, portanto, para um PIB variando da estagnação, em 2017, para um declínio de -1% nos últimos 2 anos.

Como desenvolvemos no relatório do 1.º Trimestre de 2019, a evolução do PIB em quantidades não representa bem a evolução dos rendimentos e da despesa porque se incluem exportações de matérias-primas (não de produtos finais) e importações não ajustadas à taxa de câmbio real.

Apresentamos, agora, uma perspectiva do PIB real, baseada nos dados do PIB nominal, em USD correntes, do BNA, apresentada no quadro “Evolução dos Principais Indicadores Externos: 2012 – 2019”. Chamámos a esta perspectiva PIB deflacionado. Este cálculo continua a ser insuficiente porque não se ajustaram as importações e porque as taxas de inflação ou são pouco credíveis ou reflectem os ajustamentos resultantes de uma taxa de câmbio administrativa ou excessivamente controlada, isto é, a inflação sobe bruscamente quando deveria ter crescido ao longo dos vários períodos.

Calculámos a procura interna de produtos internos (que, no nosso país, é uma boa aproximação à produção não-petrolífera, dado que mais de 96,5% da procura externa correspondem ao VAB petrolífero) através da subtracção das exportações ao PIB nominal; posteriormente, deflacionámos as exportações da inflação mundial (para a qual assumimos um valor constante de 2,5% ao ano) e a procura interna de produtos internos da inflação interna, sendo o PIB deflacionado o resultado da soma destas duas quantidades.

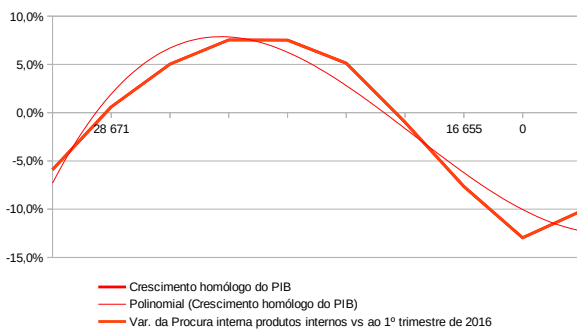
Gráfico 2 – Crescimento do PIB Deflacionado



Nesta perspectiva de análise, o PIB (linha vermelha) tem uma trajetória côncava muito regular e acentuada até ao 1.º Trimestre de 2019, invertendo-se, depois, para uma trajetória convexa, ainda que negativa.

A fase que apresenta crescimentos positivos corresponde ao período em que as exportações aumentaram enquanto a variação dos preços compensou a queda na produção petrolífera; a

parte da trajetória que apresenta valores negativos, desde o 4.º Trimestre de 2018, corresponde ao acentuar do declínio das quantidades produzidas e à inversão da tendência de alta dos preços do petróleo. A trajetória da procura interna de produtos internos (linha verde) mantém-se em terreno negativo (-10%) entre o 2.º Trimestre de 2018 e o 2.º Trimestre de 2019, tornando-se positiva no 3.º Trimestre. Este crescimento positivo não é, contudo, suficiente para compensar a trajetória muito negativa das exportações (linha preta), e o PIB permanece em terreno negativo.

Gráfico 3 – Evolução da procura interna de produtos internos 2017-2019


A alteração, muito significativa, dos dados dos primeiros 2 trimestres (BNA) alterou marcadamente a linha de tendência que, antes, apresentava uma inversão para um arco convexo, no 1.º trimestre, e, agora, apresenta apenas uma ligeira sugestão de inversão, em 2020. O mínimo agravou-se de -6% para -11%, o que corresponde a uma forte tendência de queda dos rendimentos petrolíferos.

De notar ainda que esta alteração da informação parece indicar que os dados não devem considerar-se definitivos antes de serem publicados os números preliminares dos 2 trimestres seguintes.

2.2 VALOR ACRESCENTADO BRUTO (VAB) SECTORIAL, QUADROS GERAIS

O INE apresenta, no mesmo quadro, os valores do PIB, em medidas encadeadas de volume, e dos VAB sectoriais, calculados a preços constantes⁴. Como os cálculos dos VAB e do PIB usam métodos diferentes, a soma dos VAB não é igual ao PIB. Para uma discussão deste problema, consulte o anexo I do relatório do 4.º Trimestre de 2018.

Tínhamos prometido usar, a partir deste relatório, os dados da participação sectorial no PIB, que, em princípio, deveriam somar 100%, o que, afinal, não se verifica. Para além disso, os dados são arredondados para a unidade percentual, o que impede a obtenção de valores numéricos utilizáveis. A soma das participações no PIB corresponde, grosso modo, à soma dos VAB dos sectores divididos pelo PIB em medidas encadeadas, com o defeito adicional de serem menos precisos, ou seja, as participações sectoriais no PIB são apenas os dados dos VAB sectoriais arredondados. Não podemos, por isso, cumprir a promessa de tornar o quadro adicionável e teremos de continuar a usar a soma dos VAB sectoriais e não o PIB em medidas encadeadas de volume para perceber o peso dos sectores na economia.

⁴ Não está perfeitamente claro se o INE usa o VAB a preços constantes ou se, pelo menos para alguns sectores, as actividades contribuem para um VAB sectorial total, num cálculo semelhante ao das medidas encadeadas de volume do PIB.

Tabela 2 – Variação homóloga do VAB por sectores

Variação homóloga do VAB	2017				2018				2019			
	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.
Agro-Pecuária e Silvicultura	0,2%	1,5%	1,8%	2,1%	-2,0%	-2,5%	-2,3%	-1,0%	0,8%	1,1%	1,1%	-0,2%
Pesca	12,0%	20,6%	-0,6%	-20,5%	-12,8%	-10,0%	-18,9%	-24,6%	-7,4%	-19,3%	-19,9%	-21,9%
Indústria Transformadora	5,0%	1,5%	3,1%	-4,3%	-0,3%	-0,1%	9,2%	9,2%	-6,5%	1,1%	-1,5%	2,6%
Total Bens transaccionáveis	4,6%	5,1%	1,6%	-7,6%	-3,9%	-3,3%	-2,4%	-3,9%	-3,7%	-3,0%	-4,1%	-3,8%
Indústria extractiva	2,4%	11,5%	-21,6%	6,1%	-6,8%	-6,1%	-16,5%	1,6%	0,1%	-8,1%	41,4%	-10,1%
Electricidade e Água	-4,2%	-9,7%	2,7%	4,3%	21,7%	37,0%	15,4%	17,2%	9,9%	2,5%	3,1%	2,8%
Construção	5,0%	-5,9%	1,5%	6,4%	-5,3%	-1,1%	0,7%	5,7%	11,3%	3,5%	2,8%	-2,1%
Bens	4,3%	1,3%	-0,2%	0,1%	-3,9%	-1,7%	-1,4%	1,8%	3,7%	-1,1%	1,7%	-3,2%
Serviços	-1,4%	3,2%	6,1%	-1,4%	-2,5%	-5,2%	0,8%	8,7%	-0,8%	-3,4%	4,7%	0,7%
Serviços Públicos	-11,3%	-2,4%	5,4%	8,7%	6,8%	-4,2%	3,6%	-1,6%	2,3%	0,4%	5,2%	1,2%
Comércio	3,4%	4,4%	6,6%	-9,9%	-10,7%	-9,1%	0,5%	24,0%	-3,2%	-7,4%	8,0%	-1,3%
Transportes e Armazenagem	0,4%	1,6%	6,0%	1,5%	1,0%	0,7%	-5,9%	-2,3%	0,5%	-0,8%	2,4%	-0,9%
Correios e Telecomunicações	-10,7%	-7,5%	-6,5%	21,0%	7,5%	-5,3%	-3,5%	9,3%	-6,8%	-2,1%	-0,5%	-1,4%
Intermediação Financeira e de Seguros	-29,3%	-4,4%	88,2%	-30,9%	6,4%	2,3%	17,6%	18,6%	-4,0%	-17,3%	6,4%	23,4%
Serviços Imobiliários e Aluguer	3,0%	3,0%	3,0%	3,1%	2,8%	3,0%	3,1%	2,9%	3,0%	3,0%	3,0%	2,9%
Outros Serviços	6,9%	10,6%	5,9%	-4,7%	0,6%	-7,7%	-2,3%	5,6%	-0,9%	-1,8%	1,8%	-1,4%
VAB não petrolífero	0,7%	2,5%	3,4%	-0,7%	-3,0%	-4,0%	-0,1%	5,7%	0,9%	-2,6%	3,5%	-1,0%
Extracção e Refinação de Petróleo	-9,5%	-6,6%	-3,5%	-1,4%	-7,0%	-9,5%	-11,6%	-9,6%	-6,9%	-4,1%	-8,7%	-6,5%
Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medid	-14,8%	-27,0%	-31,8%	-39,8%	-24,8%	-23,7%	-8,9%	8,4%	-28,2%	-26,4%	-13,0%	-35,0%
Imposto sobre os produtos	-1,6%	-70,9%	17,6%	-41,7%	-16,1%	-29,9%	-11,5%	-6,0%	-30,3%	-42,8%	-34,9%	-38,2%
Subsídios (-)	62,5%	38,5%	39,0%	-56,9%	-100,0%	-50,7%	-80,3%	-30,8%	0,0%	61,0%	232,6%	110,2%
Imposto Líquidos sobre a produção	-20,1%	219,5%	41,4%	-70,8%	70,4%	-50,3%	-149,9%	-68,9%	-31,0%	66,9%	-256,2%	912,5%
Soma dos VAB	-3,4%	-3,6%	0,1%	0,8%	-3,8%	-4,4%	-1,0%	0,7%	-2,3%	-4,5%	-3,7%	-4,9%
PIB em medidas encadeadas de volume	-1,0%	-1,3%	3,0%	-1,2%	-2,5%	-3,8%	-1,3%	2,6%	-0,3%	-0,1%	-0,8%	-2,9%
Sectores prioritários	5,3%	7,2%	3,0%	-6,6%	-2,4%	-5,1%	-2,4%	-0,6%	-2,8%	-2,5%	-2,2%	-2,9%

Tabela 3 – Quadro geral do peso por sectores

Peso no VAB não Petrolífero e Peso da Ec Petrol e não Petrol	2017				2018				2019			
	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.
Pesca	6,8%	9,1%	7,9%	6,1%	6,8%	9,2%	7,7%	5,7%	6,8%	9,6%	7,5%	5,7%
Indústria Transformadora	4,0%	4,2%	4,5%	5,0%	3,6%	3,9%	3,7%	3,6%	3,3%	3,2%	2,8%	2,8%
Total Bens transaccionáveis	6,4%	6,2%	6,3%	6,7%	6,6%	6,5%	6,9%	6,9%	6,1%	6,7%	6,6%	7,2%
Indústria extractiva	17,2%	19,5%	18,7%	17,8%	17,1%	19,6%	18,3%	16,2%	16,3%	19,5%	16,9%	15,7%
Electricidade e Água	2,8%	3,4%	2,5%	3,3%	2,7%	3,3%	2,1%	3,2%	2,7%	3,1%	2,9%	2,9%
Construção	1,2%	1,1%	1,1%	1,3%	1,5%	1,5%	1,3%	1,4%	1,6%	1,6%	1,3%	1,5%
Bens	17,0%	11,4%	18,5%	21,2%	16,6%	11,8%	18,6%	21,2%	18,3%	12,5%	18,5%	21,0%
Serviços	38,2%	35,4%	40,9%	43,7%	37,9%	36,3%	40,3%	42,1%	38,9%	36,8%	39,6%	41,1%
Serviços Públicos	61,8%	64,6%	59,1%	56,3%	62,1%	63,7%	59,7%	57,9%	61,1%	63,2%	60,4%	58,9%
Comércio	11,1%	10,0%	13,0%	14,2%	12,3%	10,0%	13,5%	13,2%	12,4%	10,3%	13,7%	13,5%
Transportes e Armazenagem	26,6%	23,2%	18,1%	15,5%	24,5%	22,0%	18,2%	18,2%	23,5%	20,9%	19,0%	18,1%
Correios e Telecomunicações	3,8%	4,2%	4,9%	3,0%	4,0%	4,4%	4,6%	2,8%	4,0%	4,4%	4,6%	2,8%
Intermediação Financeira e de Seguros	1,2%	2,5%	3,9%	4,1%	1,3%	2,5%	3,8%	4,3%	1,2%	2,5%	3,6%	4,3%
Serviços Imobiliários e Aluguer	2,4%	2,8%	1,9%	1,7%	2,7%	3,0%	2,2%	1,9%	2,6%	2,5%	2,3%	2,4%
Outros Serviços	8,1%	8,5%	8,3%	8,3%	8,6%	9,1%	8,5%	8,1%	8,8%	9,6%	8,5%	8,4%
VAB não petrolífero	8,4%	13,3%	9,0%	9,4%	8,7%	12,8%	8,8%	9,4%	8,6%	12,9%	8,7%	9,3%
Extracção e Refinação de Petróleo	63,3%	65,0%	64,0%	64,1%	63,8%	65,3%	64,6%	67,4%	65,9%	66,6%	69,5%	70,1%
Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos	35,8%	38,7%	38,3%	36,6%	34,7%	36,6%	34,2%	32,9%	33,0%	36,8%	32,4%	32,3%
Imposto sobre os produtos	-0,8%	-0,6%	-0,5%	-0,4%	-0,6%	-0,5%	-0,4%	-0,5%	-0,4%	-0,4%	-0,4%	-0,3%
Subsídios (-)	2,4%	0,7%	2,8%	1,8%	2,1%	0,5%	2,5%	1,7%	1,5%	0,3%	1,7%	1,1%
Imposto Líquidos sobre a produção	-0,8%	-3,8%	-4,7%	-2,1%	0,0%	-2,0%	-0,9%	-1,4%	0,0%	-3,3%	-3,2%	-3,2%
Soma dos VAB	0,8%	-3,7%	-2,3%	-0,7%	1,5%	-1,9%	1,2%	-0,2%	1,1%	-3,4%	-1,9%	-2,4%
Sectores prioritários	25,6%	32,8%	27,8%	27,2%	25,8%	32,4%	27,1%	25,6%	24,9%	32,4%	25,6%	25,1%
Soma dos VAB / PIB em Medidas encadeadas	97,9%	96,6%	95,1%	96,4%	96,5%	96,0%	95,4%	94,6%	94,6%	91,8%	92,6%	92,7%

O peso dos sectores não petrolíferos foi calculado relativamente à soma dos sectores não-petrolíferos, os do VAB não-petrolífero, VAB petrolífero e impostos líquidos (últimas 3 linhas) são referentes à soma destes três valores, que totalizam, aproximadamente, o PIB. Optámos por esta soma e não pelo PIB total em medidas encadeadas de volume, para que a soma das partes pudesse corresponder ao total. Na última linha apresenta-se a percentagem da soma dos VAB sectoriais relativamente ao PIB em medidas encadeadas de volume. Este número não tem um grande significado, mas serve para satisfazer a curiosidade.

Da análise do crescimento homólogo não se pode, evidentemente, fazer qualquer leitura de sazonalidade; ao contrário, o peso varia em função da relação entre a sazonalidade do sector e a sazonalidade geral, o que permite uma leitura da sazonalidade relativa.

2.3 SECTOR PETROLÍFERO

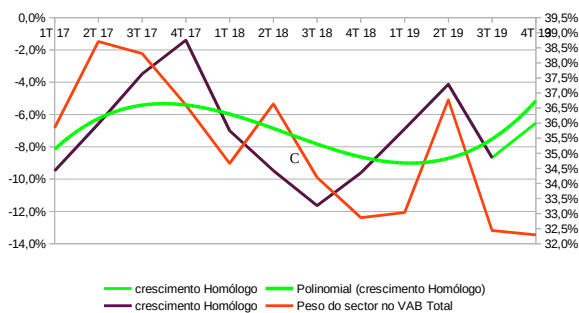
A produção, em quantidades, tem como fonte os dados da OPEC, até Novembro (Beyond 20/20 WDS Table) e da página da PETROANGOLA, relativos a Dezembro.

Tabela 4 – Crescimento comparado do VAB petrolífero e da produção de petróleo

Actividade petrolífera	2017				2018				2019			
	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.
Crescimento da Extração e Refinação de Petróleo – INE	-9%	-7%	-3%	-1%	-7%	-9%	-12%	-10%	-7%	-4%	-9%	-7%
Produção de Petróleo Bruta (OPEP) – milhares de barris / dia	1 638	1 635	1 668	1 588	1 519	1 477	1 475	1 440	1 421	1 424	1 318	1 345
Crescimento da Produção de Petróleo Bruta (OPEP)	-8%	-7%	-4%	-1%	-7%	-10%	-12%	-9%	-6%	-4%	-11%	-7%
Diferença em pontos percentuais	-1,1	0,1	0,4	0,0	0,3	0,2	0,0	-0,3	-0,4	-0,5	2,0	0,1

A previsão do VAB foi feita partindo do pressuposto de que o desvio, entre o VAB e a Produção petrolíferos, seria igual à média dos desvios anteriores da série.

Gráfico 4 – Evolução do crescimento e peso do VAB petrolífero



O crescimento do sector é permanentemente negativo, apresentando melhorias relativas, nos 2.ºs semestres de 2017 e 2019 e na previsão.

A linha de tendência é sinusoidal, variando entre os -9% e -5%.

A trajectória da produção, embora muito importante, não reflecte a variação dos rendimentos reais (ou seja, não influencia, directamente, o PIB real) por

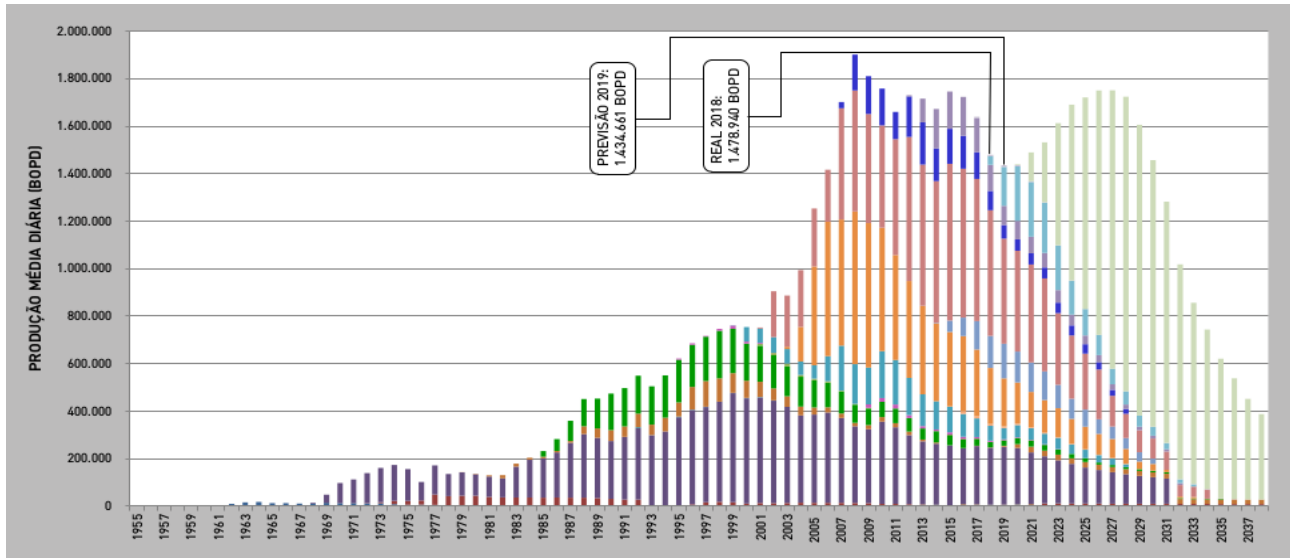
não se tratar de um produto final. Na verdade, só tratando-se de um produto final se poderia optar entre consumi-lo ou vendê-lo ao exterior. Como matéria-prima, a trajectória dos rendimentos do sector depende, não apenas das quantidades produzidas, mas também dos seus preços, deflacionados da inflação mundial e assim deveria ser considerada. A discussão teórica (conferir o relatório do 4.º Trimestre de 2018) e consequente alteração dos critérios de valorização é um tema crucial para uma correcta medição do PIB dos países exportadores de matérias-primas; os organismos internacionais como as Nações Unidas e o FMI deveriam preocupar-se com este tema na próxima revisão das normas de cálculo do PIB.

O peso do VAB petrolífero na soma dos VAB sectoriais (linha vermelha) cai, em 3 anos, de um máximo superior a 38,5% para cerca de 32%. Esta perda de influência do petróleo seria muito

bem-vinda se resultasse do crescimento da produção não-petrolífera e não da sua estagnação, aliada a uma queda acentuada da produção petrolífera.

Há, neste momento, pelo menos 3 previsões para a evolução da produção de petróleo.

Gráfico 5 – Previsão da Sonangol para produção de petróleo bruto



Esta previsão apenas apresenta dados precisos para 2018 (produção real) e 2019 (estimativa), tornando-se difícil trabalhar numericamente com os restantes. A previsão para 2019 é 3,4% mais optimista do que a realidade. Nos anos de 2021 a 2029, observa-se um quadro optimista, com o início da produção de novos projectos, sobre os quais temos as mais sérias dúvidas, não apenas pela falta de detalhe, como também pelos resultados dos últimos leilões e pelas notícias de opção pela negociação directa que reflectem o pouco interesse das petrolíferas. Poderá haver alguns projectos adicionais, mas, sem contratos seguros, devemos considerar que a trajectória continuará a ser descendente.

As previsões apresentadas pelo BNA (Casa da Moeda em 22 de Maio de 2019) e as Previsões do Minfin (apresentadas aos deputados em finais de 2018) mostram o seguinte quadro numérico:

Tabela 5 – Previsões de crescimento da produção petrolífera

Produção de petróleo Valores em milhares de Barris / dia	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2030	2035
Previsão do BNA (22 Mai 19)	1 465	1 428	1 435	1 364	1 278	1 097	951	830		
Previsão da produção – Apresentação do MinFin (1 592	1 655	1 597	1 463	1 329	1 088	948	827	310	19
Produção de Petróleo Bruta (OPEP)	1 478	1 388								
Diferença para o BNA	0,01	-0,03								
Diferença para o MinFin	-0,07	-0,16								

Apesar de estas previsões, aparentemente, não incluírem projectos futuros, parece claro que se têm revelado demasiado optimistas (o valor do BNA referente a 2018 é, supostamente, um valor real e não uma previsão). A previsão do BNA é mais assertiva, mas também é mais recente. Certo é que, ambas, são optimistas, com a produção real, em 2019, a situar-se 3% abaixo da estimativa do BNA, em linha com a sua previsão para 2021 e 16% abaixo da estimativa do MinFin, aproximando-se da sua previsão para 2022. **A queda da produção está a ser 3 a 4 anos mais rápida do que se antevia!**

A partir de 2022, as duas previsões aproximam-se, **descendo abaixo do patamar do milhão de barris, em 2024, e virtualmente desaparecendo em 2030** (a previsão do BNA termina em 2025).

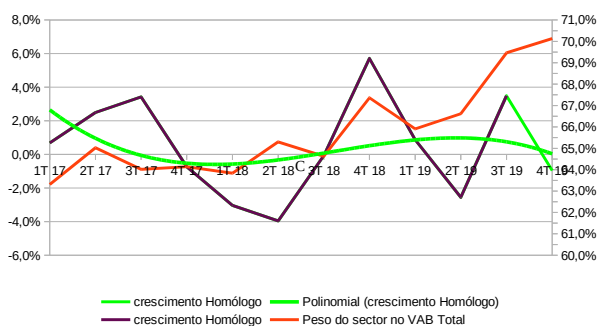
Em termos de rendimento do Estado, incluindo a concessionária, a previsão do BNA mostra uma **queda da receita petrolífera da ordem dos 40%, até 2025 (6 anos)**.

É, pois, neste cenário que devemos situar-nos: **a situação é de verdadeira emergência nacional!**

A questão das refinarias deveria, neste ambiente, ser cuidadosamente ponderada. Não adianta justificar-se a neutralidade dos projectos alegando tratar-se de investimentos privados; foi desde sempre óbvio que se tratava de um projecto estatal para a auto-suficiência em refinados. Os desenvolvimentos do caso “Refinaria de Cabinda” comprovam, se dúvidas houvesse, que estamos perante um projecto do Estado; **mesmo que não existam custos imediatos, os custos de saída, se algo correr mal, serão significativos e suportados pelo Estado, isto é, por todos nós**. Neste contexto, exige-se uma clara demonstração dos custos e riscos, o que não foi apresentado, até agora, colocando-nos, mais uma vez, perante uma situação de facto, que pode revelar-se muito onerosa ou que, no mínimo, desviará importantes recursos de projectos que poderão ser bem mais importantes.

2.4 VAB NÃO-PETROLÍFERO

Gráfico 6 – Evolução do VAB não petrolífero



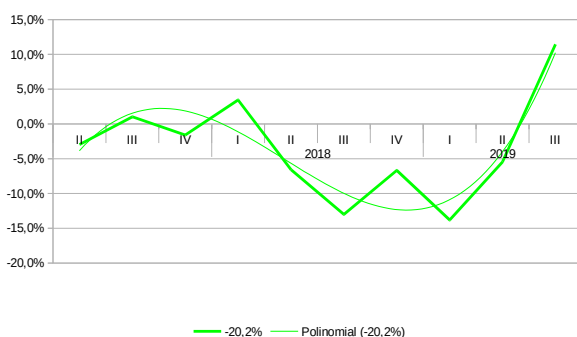
Apesar de alguma incongruência nas variações trimestrais, a linha de **tendência mostra um crescimento quase horizontal com oscilações muito ligeiras entre -0,5% e 1%**. A economia não-petrolífera está estagnada, pelo menos desde o 3.º Trimestre de 2017!

O peso dos sectores não-petrolíferos (linha vermelha) apresenta uma clara tendência crescente, como se esperaria de uma forte queda

da produção petrolífera.

Lembramos que calculámos a **procura interna de produtos internos** através da subtracção das exportações ao PIB) que, posteriormente, deflacionámos da inflação interna.

Gráfico 7 – Evolução da procura interna de produtos internos



Nesta perspectiva, a linha de tendência da procura interna de produtos internos acentua o mínimo, que atinge cerca de -12,5%, no 4.º Trimestre de 2018. O crescimento homólogo de 11,5%, no 3.º Trimestre, conduz a uma inversão acentuada da tendência, que atinge um valor semelhante nesse trimestre.

Recordamos que os dados do BNA, referentes aos 2 primeiros trimestres de 2019, foram significativamente alterados. Os crescimentos positivos dos primeiros trimestres do ano transformaram-se em crescimentos fortemente negativos (-14% e -5%).

A ideia de estagnação converte-se assim numa aparente descida acentuada (à volta de -10%) entre os 2.ºs trimestres de 2018 e 2019. Depois da forte correcção dos números dos 2 primeiros trimestres, será prudente aguardar pela confirmação, antes de nos entusiasmos demasiado com o crescimento, no 3.º Trimestre. Contudo, mantenhamos alguma esperança!

2.5 A QUESTÃO DEMOGRÁFICA

Repetimos: a questão do crescimento demográfico tem de ser tratada no plano científico e como prioridade do Estado; não o fazer só tem conduzido à ruptura da capacidade, por parte de toda a sociedade, de suprir educação, saúde e nutrição mínima aos seus filhos, conduzindo-os a um estado de miséria crescente.

Tabela 6 – Variação do VAB não-petrolífero e da procura interna de produtos internos *per capita*

Valores acumulados no 3.º Trimestre	2016	2017	2018	2019	19/16
Crescimento do VAB não petrolífero <i>per capita</i>	-	-0,9%	-5,3%	-2,4%	-8,4%
Crescimento da Procura Interna de Produtos Internos <i>per capita</i>	-	-11,0%	-8,3%	-6,2%	-23,4%
Procura Interna de Produtos Internos média mensal – 10 ⁶ USD 2015	221	197	181	170	

Analisando em ambas as perspectivas: 1) o VAB não-petrolífero *per capita*, do INE, apresenta valores menos negativos em todos os anos; 2) **a procura interna de produtos internos, nos primeiros 3 trimestres de 2019, é 23% inferior à de igual período, em 2016.** Em qualquer das perspectivas, o efeito da crise nos rendimentos dos angolanos é muito significativo, sobretudo se tivermos em conta que 2016, foi, ele próprio, um ano de recessão.

A procura interna de produtos internos *per capita*, que é uma boa aproximação ao rendimento médio bruto por pessoa, passou de cerca de cerca de **221 para 170 USD mensais (em USD de 2015).**

Na verdade, o PIB, ao incluir a produção petrolífera, expressa mal, do nosso ponto de vista, os rendimentos médios das pessoas, uma vez que esta gera, sobretudo, rendimentos para as petrolíferas e para o Estado. Apesar da redistribuição da parte do Estado, os serviços e investimento públicos estão demasiado envolvidos em burocracia e ineficiências, conduzindo a uma forte perda de valor, pelo que apenas uma parte indeterminada destes rendimentos reverte, mediatamente, para o nível de vida das pessoas. O rendimento não petrolífero ou, ainda melhor, a procura interna de produtos internos, parece-nos espelhar de forma mais adequada a variação média dos rendimentos da generalidade dos cidadãos. **O rendimento médio por pessoa parece ter encolhido, desde 2016, entre 1/4 e 1/5, sem entrar em consideração com questões de distribuição que agravariam, substancialmente, os rendimentos mais baixos!**

2.6 ESTRUTURA DO VAB NÃO-PETROLÍFERO

Tabela 7 – Estrutura do VAB não petrolífero

	2017				2018				2019			
	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri. *
Peso da Agricultura, Pescas e Indústria	17,2%	19,5%	18,7%	17,8%	17,1%	19,6%	18,3%	16,2%	16,3%	19,5%	16,9%	15,7%
Peso da Agricultura, Pescas, Indústria e Outros Serviços	25,6%	32,8%	27,8%	27,2%	25,8%	32,4%	27,1%	25,6%	24,9%	32,4%	25,6%	25,1%
Peso da Construção e Serviços	78,8%	76,0%	77,6%	77,6%	78,7%	75,5%	78,3%	79,2%	79,4%	75,7%	78,9%	79,9%
Peso da Construção, Serv. Imobiliários, Serv. Públicos e Comércio	62,9%	53,2%	57,9%	59,3%	62,0%	52,9%	58,9%	60,8%	63,1%	53,3%	59,7%	61,1%

A estrutura do VAB não-petrolífero deteriorou-se, significativamente, no 3.º Trimestre. Comparando os pesos dos 3.ºs trimestres de cada ano, vemos que os sectores produtores de bens transaccionáveis passam de valores na ordem dos 18,5% para 17%. Incluindo “outros serviços”, onde uma parte não determinada corresponde ao turismo, o peso passa de cerca de 27,5% para 25,5%. Ao invés, a Construção e os Serviços dominam, passando de 77,8% para 78,9% da economia não-petrolífera. Os 4 sectores dominantes — imobiliário (construção e serviços imobiliários), serviços públicos e comércio — sobem, ao longo dos anos, de 57,9% para 59,7%.

Parece que, **também na estrutura da produção, estamos a passar da estagnação para a deterioração.**

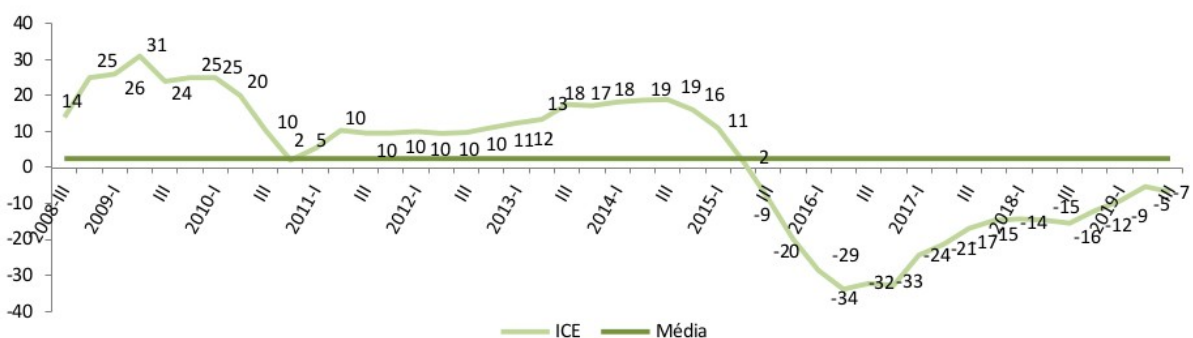
O efeito combinado da introdução do IVA e da desvalorização, ambos em Outubro, originaram que a inflação disparasse. Contudo, os dados do INE não mostram esta realidade. Analisaremos com maior profundidade esta questão na secção dedicada à inflação, no capítulo da política monetária.

Nestes últimos meses deu-se um movimento muito importante de correcção generalizada dos preços e dos modelos de negócio. Os preços aumentaram muito mais do que o IVA e a componente importada do PIB, repondo, pelo menos parcialmente, as margens. Recordemos que, no ano de 2018, tivemos uma inflação de aproximadamente 20% e uma depreciação do Kwanza de mais de 80%, tendo uma parte significativa desta diferença (mesmo considerando o factor de ponderação da componente importada da economia) sido absorvida pelos empresários, que viram as suas margens fortemente reduzidas. No final deste ano, aproveitando a confusão gerada pela introdução do IVA e a depreciação simultânea do Kwanza, **os empresários repuseram parte significativa das margens, e muitos deles alteraram o modelo de negócios para regressar aos tempos anteriores a 2010: elevadas margens e pouco volume.**

A inflação brutal retraiu dramaticamente a procura, conduzindo à inversão das expectativas, e introduziu insatisfação nos consumidores e empresários, que, apesar de terem regressado a melhores lucros marginais, manifestam enorme desconforto com a retracção do volume de negócios.

O indicador de clima económico deteriorou-se para -7 pontos, depois de 12 trimestres de recuperação.

Gráfico 8 – Indicador de clima económico (VE-MM3)



Seria importante que o INE apresentasse dados que permitissem perceber a evolução das margens e volumes de negócios e, evidentemente, a inflação bem calculada, para nos permitir perceber a dinâmica qualitativa da economia no último trimestre de 2019, sob bases quantitativas sólidas. Não existe qualquer outra instituição, no País, com os recursos e conhecimentos necessários para efectuar este estudo estatístico.

2.7 EMPREGO

Foram publicados os dados referentes ao 4.º Trimestre.

No campo, a agricultura familiar domina de forma quase absoluta o emprego, razão pela qual o desemprego rural não pode ser lido à luz da teoria económica actual, que pressupõe uma economia de base capitalista.

Portanto, o que verdadeiramente interessa para a análise são os dados do emprego urbano, onde se verifica uma **taxa de actividade muito elevada (85,9%) e crescente (83,3% no 3.º Trimestre)**, demonstrativa da necessidade de emprego por parte de quase toda a população. Esta situação é agravada pela existência de uma enorme percentagem de famílias monoparentais, a par da falta de estruturas de apoio às crianças, que ficam entregues aos cuidados precários e irregulares dos familiares temporariamente desempregados ou a serviços informais sem o mínimo de qualidade, **projectando a má formação para as gerações futuras, perpetuando a miséria.**

A **taxa de desemprego urbana atingiu 42,6%, com tendência para aumentar (39% e 41% nos 2.º e 3.º trimestres, respectivamente)**. Estes valores constituem, em si mesmos, a demonstração da **existência e agravamento de uma fortíssima crise social.**

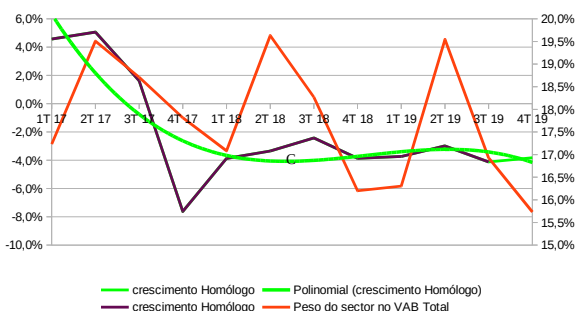
Não apenas as condições de emprego são precárias e os rendimentos tão baixos que exigem que virtualmente todos os adultos necessitem de trabalhar, como, uma parte significativa, apesar de querer, não o consegue.

2.8 TOTAL DOS SECTORES PRIORITÁRIOS

O país tem de produzir, internamente, os bens finais necessários à sua sobrevivência ou bens finais e serviços exportáveis. Sendo o mercado internacional fortemente competitivo, a curto prazo, o mais a que se pode aspirar é à substituição das importações. Isso não significa que não se exporte o que se puder, apenas que o Estado deve saber definir estratégias, o que significa concentrar os recursos escassos no que pode contribuir para inverter as tendências. Exportar não é, hoje, um objectivo estratégico (excepto no que se refere ao turismo), devendo o Governo, na nossa opinião, colocar todos os recursos disponíveis no desenvolvimento dos sectores produtores de bens transaccionáveis (agricultura, pescas e indústria) e no turismo, medindo o sucesso das suas políticas através do crescimento e do peso destes sectores na economia não-petrolífera.

Somámos aos sectores prioritários de bens os “Outros Serviços”, assumindo que estes representam, maioritariamente, o turismo. Embora saibamos que não é assim, o pressuposto parece ser válido para uma análise dinâmica.

Gráfico 9 – Evolução dos sectores prioritários



A partir do 1.º Trimestre de 2018, portanto, **há 8 trimestres, que os sectores prioritários decrescem, invariavelmente, a um ritmo de 4% por trimestre!**

O peso destes sectores apresenta uma tendência negativa que se tem acentuado, revelando forte sazonalidade, com picos acentuados nos 2.ºs trimestres, baixando, depois de forma contínua, até

aos 1.^{os} trimestres. A explicação desta estranha sazonalidade continua a parecer-nos totalmente incompreensível.

A análise destes números demonstra que, ao invés de se estar a diversificar, a situação se está a agravar.

2.9 Restante análise por sectores

Para não cansar o leitor, colocámos a análise sectorial detalhada, em anexo.

3 ESFERA EXTERNA — BALANÇA DE PAGAMENTOS (BP)

3.1 VISÃO GERAL

Para facilidade de leitura, os residentes cambiais serão também designados por “Angola”, “nacionais” ou “angolanos”, e os não residentes por “resto do mundo”, “o estrangeiro” ou “estrangeiros”.

A presente secção trata das transacções económicas entre agentes residentes e não residentes, cuja análise consiste em comparar os valores acumulados do 3.º Trimestre de 2019 relativamente ao mesmo período de 2018 (apresentados nas últimas duas colunas das tabelas), tendo como fonte a “Balança de Pagamento: 2012–2019 Apresentação Padrão” disponibilizada pelo Banco Nacional de Angola, acedidos no seu sítio institucional a 18/02/2020.

A realidade e as opções económicas do país encontram-se reflectidas na estrutura da Balança de Pagamentos, que se encontra ancorada no endividamento externo e na indústria petrolífera, incluindo a partilha de produção, que tem sido o principal factor da relação económica de Angola com o resto do mundo.

As exportações desta importante matéria-prima determinam saldos positivos e consistentes da Conta de Bens, mas, em contrapartida, saldos negativos da conta de rendimentos — devido ao pagamento de lucros às empresas petrolíferas estrangeiras — e do investimento directo estrangeiro — devido ao excedente dos fluxos de recuperação dos investimentos (*cash call*) face aos novos investimentos na indústria de petrolífera (*cost oil*). Também o excessivo endividamento externo tem influenciado persistentemente o saldo *deficitário* da conta de rendimentos.

Tabela 8 – Balança de pagamentos

	I°	II°	III°	IV°	I°	II°	III°	2018	2019	Varição
Conta corrente	2 330	978	2 836	1 259	31	1 730	1 472	6 143	3 234	-47%
Conta de capital	3	0	0	0	2	0	0	3	2	-30%
Conta financeira	-2 739	-287	-3 771	-1 393	1 078	-1 690	-1 197	-6 797	-1 809	-73%
Reservas Brutas	-422	1 287	-1 609	-198	-397	-19	-340	-744	-756	2%
Erros e omissões líquidos	-16	596	-673	-65	-1 508	-60	-615	-93	-2 183	2245%

As contas corrente e de capital, que representam as operações autónomas, também denominada por conta real, reduziram-se em cerca de 2.900 milhões de USD (47%), de 6.143 para 3.234 milhões.

No mesmo período, a conta financeira, que regista as operações referentes a entradas e saídas de meios de pagamento, investimentos financeiros e financiamentos, também registou uma redução na ordem de 73%, que equivale a cerca de 5.000 milhões de USD, de -6.797 milhões para -1.809 milhões.

Contrariamente à apresentação do BNA, a nossa conta financeira segue a lógica dos fluxos de fundos financeiros: valores positivos significam entradas de fundos no País; valores negativos, saídas de fundos. Optámos, também, por separar da conta financeira as reservas brutas, que correspondem aos activos financeiros em posse do BNA.

A conta de reservas registou fluxos negativos, em ambos os períodos, tendo-se agravado 2%, correspondentes a 12 milhões de USD, de -744 para -756 milhões de USD.

Idealmente, estas 3 balanças — real, financeira e reservas — deviam saldar. Porém, como os registos têm carácter estatístico e não contabilístico, pode haver discrepâncias que são registadas em erros e omissões. As discrepâncias agravaram-se significativamente, de -93 para -2.183. Apesar do agravamento ser natural, uma vez que os dados de 2019 são muito preliminares e destas diferenças serem comuns a todo o mundo, valores significativos podem comprometer a análise.

3.2 BALANÇA CORRENTE E DE CAPITAL

No período em análise, a composição da Balança Real foi a seguinte:

Tabela 9 – Balança real

Balança de Pagamentos [Milhões de USD]	Trimestral 2018				Trimestral 2019			IIIº Trimestre acumulado		
	Iº	IIº	IIIº	IVº	Iº	IIº	IIIº	2018	2019	Varição
Conta Corrente	2 330	978	2 836	1 259	31	1 730	1 472	6 143	3 234	-47%
Bens e Serviços	4 151	2 926	4 902	3 522	1 918	4 089	2 955	11 979	8 962	-25%
Bens	6 394	5 659	7 074	5 833	4 022	5 920	4 933	19 127	14 875	-22%
Exportações, f.o.b	9 660	10 734	10 797	9 567	8 728	9 047	8 141	31 191	25 916	-17%
Importações, f.o.b	3 266	5 075	3 724	3 734	4 706	3 126	3 208	12 064	11 041	-8%
Serviços	-2 243	-2 733	-2 172	-2 310	-2 103	-1 831	-1 978	-7 148	-5 912	-17%
Transferências de rendimentos	-1 822	-1 949	-2 066	-2 263	-1 887	-2 359	-1 483	-5 836	-5 729	-2%
Rendimento primário líquido	-1 732	-1 917	-1 998	-2 181	-1 803	-2 307	-1 421	-5 648	-5 532	-2%
Rendimento secundário líquido	-89	-31	-67	-81	-84	-52	-61	-188	-197	5%
Conta de Capital	3	0	0	0	2	0	0	3	2	-30%

A degradação da balança real, deveu-se essencialmente, ao desempenho da balança de bens, que se reduziu 22%, correspondendo a cerca de 4.250 milhões de USD, em consequência da redução de cerca de 5.300 (17%) nas exportações e 1.000 milhões (8%) nas importações.

As balanças de serviços e de transferências registaram melhorias na ordem dos 17 e 2%, equivalentes a cerca de 1.200 e 100 milhões de USD, respectivamente.

3.3 BALANÇA DE BENS

3.3.1 Exportações

Tabela 10 – Exportações por categoria de produto

Exportações	Trimestral 2018			Trimestral 2019			IIIº Trimestre acumulado		
	Iº	IIº	IIIº	Iº	IIº	IIIº	2018	2019	Varição
Total petróleo e Diamantes	9 602	10 692	10 748	8 688	9 020	8 102	31 042	25 810	-17%
Exportações petrolíferas	9 367	10 397	10 505	8 300	8 803	7 826	30 269	24 930	-18%
Exportações diamantíferas	235	295	243	388	216	275	773	879	14%
Outras exportações	58	42	49	40	27	39	149	106	-29%
TOTAL	9 660	10 734	10 797	8 728	9 047	8 141	31 191	25 916	-17%

A contracção de 17% das exportações, correspondente a cerca de 5.300 milhões de USD, deve-se, sobretudo, à redução das exportações petrolíferas no valor de 5.339 milhões de USD (-18%).

Este valor corresponde à redução de 7% no volume das exportações, que passam de 390 milhões de barris para 361 milhões de barris, e ao declínio de 9% no nível médio de preços do barril de petróleo, de 72 USD para 65 USD por barril.

As exportações de diamantes crescem 14%, cerca de 100 milhões de USD, correspondentes à exportação de mais 700 mil quilates (13%), acompanhada da quase estagnação do preço por quilate, que passa de cerca de 142 para 143 USD (+0,79%). A ideia de que se estão a vender melhor os diamantes parece não ser validada pelos números do BNA. Aliás, a flutuação dos preços

demonstra bem que estes dependem, sobretudo, dos preços no mercado internacional, sobre os quais não temos qualquer influência.

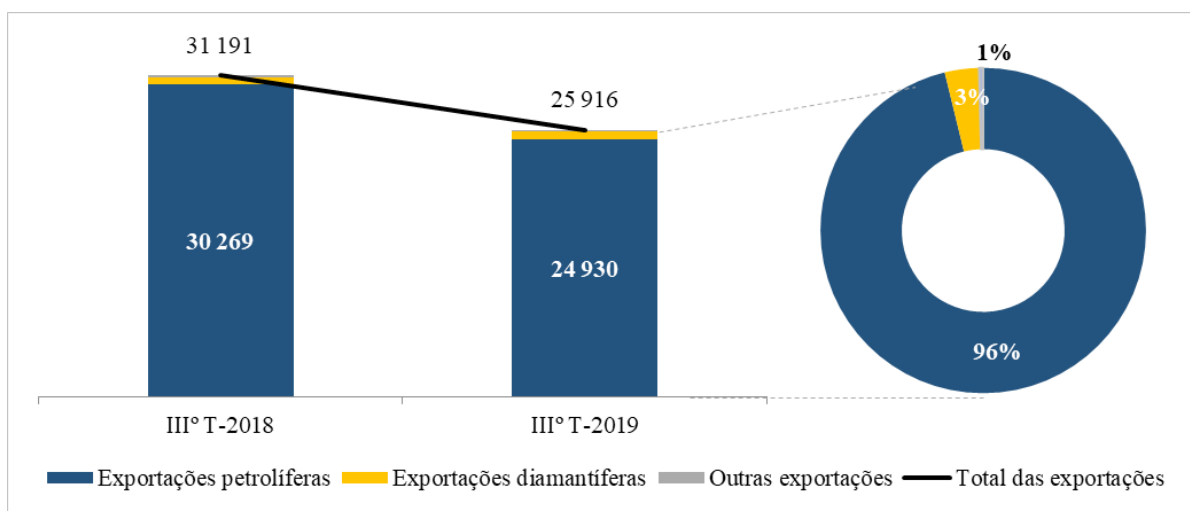
Tabela 11 – Preço dos diamantes por quilate

Exportações	Trimestral 2018				Trimestral 2019			III° Trimestre acumulado		
	I°	II°	III°	IV°	I°	II°	III°	2018	2019	Varição
Diamantes Preço por quilate	132,49	133,12	166,64	148,87	145,08	149,86	135,42	141,88	143,01	1%

As exportações de todos os restantes produtos caem 29%, correspondentes a 43 milhões de USD, tornando o seu peso ainda mais irrelevante (0,48%, em 2018, e 0,41%, em 2019) contradizendo frontalmente o objectivo de diversificação da economia nacional.

Os gráficos seguintes demonstram que a estrutura das exportações continua completamente monótona, com o petróleo a representar 96,2%, o que corresponde a menos 0,8 pontos percentuais (pp) face aos 97,0% registados no período homólogo de 2018, e os diamantes 3,4%, mais 0,9 pp face aos 2,5% do período homólogo de 2018.

Gráfico 10 – Estrutura das exportações (milhões de USD)



3.3.2 IMPORTAÇÕES

Embora tenha sido insuficiente para compensar a redução das exportações, as importações também se reduziram em 8%, equivalentes a cerca de 1.000 milhões de USD (de 12.064 milhões, em 2018, para 11.041 milhões em 2019), conforme a tabela e gráfico:

Gráfico 11 – Estrutura das importações (milhões de USD)

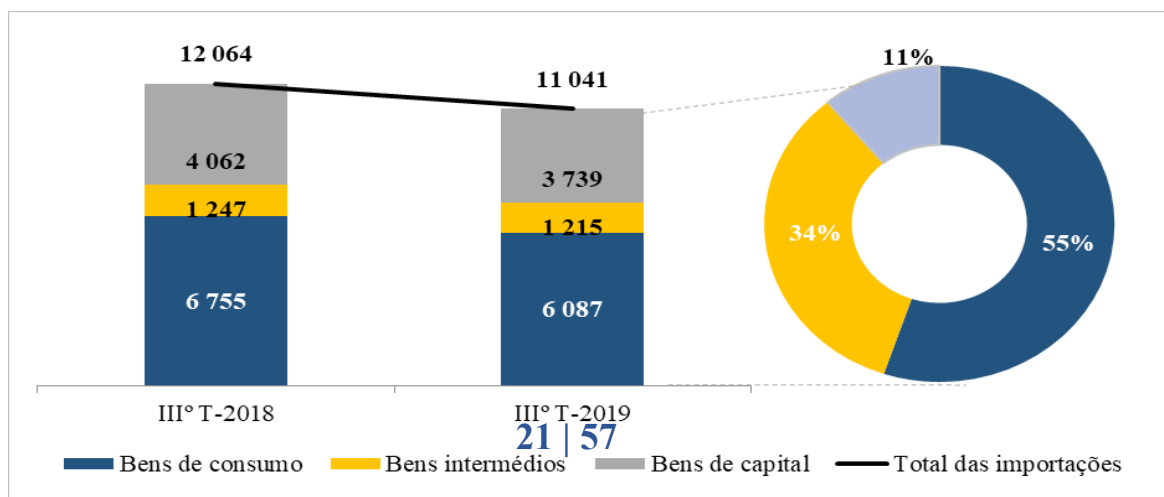


Tabela 12 – Importação por categoria de produto

Importações [em milhões de dólares]	Trimestral 2018				Trimestral 2019			IIIº Trimestre média		
	Iº	IIº	IIIº	IVº	Iº	IIº	IIIº	2018	2019	Diferença
Bens de consumo intermédio	9,7%	7,8%	14,4%	11,3%	9,0%	12,3%	12,7%	10,3%	11,0%	0,7%
Bens de capital	24,9%	46,1%	24,4%	21,7%	49,7%	21,4%	22,8%	33,7%	33,9%	0,2%
Bens de consumo	65,4%	46,1%	61,2%	67,0%	41,3%	66,3%	64,5%	56,0%	55,1%	-0,9%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	n.a	n.a	n.a

Por categoria, em ordem decrescente, verificou-se uma redução de 32 milhões de USD na importação de bens de consumo intermédio (-3%); 323 milhões (-8%) na importação de bens de capital, dos quais 222 milhões na importação de máquinas, aparelhos mecânicos e eléctricos e 101 milhões na importação de aeronaves e embarcações; e 10% nas importações de bens de consumo final, correspondente a 667 milhões, resultante essencialmente da redução de 424 milhões na importação de bens alimentares, e 305 milhões em outros produtos e do incremento de 206 milhões na importação de papel ou cartão.

A estrutura das importações sofre uma alteração muito ligeira, com o peso dos bens intermédios a crescer 0,7 pontos percentuais, o dos bens de capital a aumentar 0,2%, e o dos bens de consumo final a descer 0,9. Esta alteração, embora insignificante, poderia ser positiva se tivesse como contrapartida o crescimento dos bens de consumo final de produção nacional; assim, apenas comprova o empobrecimento das famílias.

3.4 Balança de serviços

Tabela 13 – Importações (milhões de dólares)

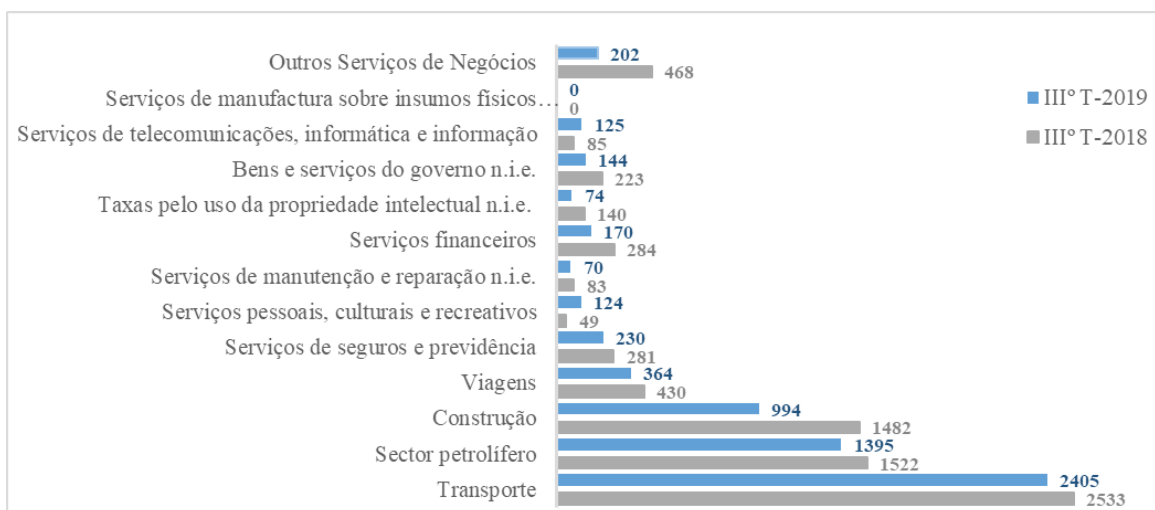
Importações [em milhões de dólares]	Trimestral 2018				Trimestral 2019			IIIº Trimestre média		
	Iº	IIº	IIIº	IVº	Iº	IIº	IIIº	2018	2019	Variação
Exportação de serviços	129	132	171	199	161	153	69	432	383	-11,4%
Exportações / Importações	5%	5%	7%	8%	7%	8%	3%	6%	6%	0,4%
Importação de serviços	2 372	2 865	2 343	2 509	2 264	1 984	2 047	7 580	6 296	-16,9%
Balança de serviços	-2 243	-2 733	-2 172	-2 310	-2 103	-1 831	-1 978	-7 148	-5 912	-17,28%

As exportações de serviços representam uma percentagem mínima das importações de serviços. Durante o período que medeia entre o 3.º Trimestre de 2018 e o 2.º Trimestre de 2019, assiste-se a um crescimento da cobertura das exportações pelas importações de 5% para 8%. Porém, os dados do 3.º Trimestre são decepcionantes, embora sejam ainda muito preliminares.

As viagens constituem o grosso das exportações de serviços, representando 85,9%, em 2018, e 86,4%, em 2019.

Os serviços prestados pelo resto do mundo reduziram-se em quase 1.300 milhões de USD (17%), de 7.580 milhões para 6.296 milhões.

Registou-se uma redução generalizada dos serviços adquiridos no estrangeiro, sendo que o sector da construção foi o mais afectado (488 milhões de USD, -38%), seguido dos sectores do transporte e serviços às petrolíferas, com -10% cada.

Gráfico 12 – Estrutura da importação de serviços (milhões de USD)


O nível de concentração dos serviços adquiridos ao exterior mantém-se. No 3.º Trimestre de 2019, três sectores agregavam 76% das aquisições de serviços no exterior, isto é, o sector dos transportes assume a liderança com 38%, apesar da perda relativa de 4 pp, seguido pelos serviços às petrolíferas, com 22%, mais 2 pp face ao período homólogo, e, em terceiro lugar, o sector de construção, com 16%, que perdeu 6 pp.

3.5 Transferências de rendimentos

No período em análise, foram verificados os seguintes movimentos da balança de transferências:

Tabela 14 – Transferência de rendimentos (milhões de dólares)

Balança de transferência (Em milhões de dólares)	Trimestral 2018				Trimestral 2019			IIIº Trimestre acumulado		
	Iº	IIº	IIIº	IVº	Iº	IIº	IIIº	2018	2019	Varição
Rendimentos primários (Liq.)	-1 732	-1 917	-1 998	-2 181	-1 803	-2 307	-1 421	-5 648	-5 532	-2%
Rendimentos de trabalho	-100	-91	-91	-199	-106	-107	-91	-283	-304	7%
Transferências do exterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-
Transferências para o exterior	100	91	91	199	106	107	91	283	304	7%
Lucros e juros	-1 632	-1 826	-1 907	-1 982	-1 697	-2 200	-1 330	-5 365	-5 228	-3%
Transferências do exterior	103	110	109	127	110	187	224	322	521	62%
Transferências para o exterior	1 735	1 935	2 016	2 109	1 808	2 387	1 554	5 687	5 749	1%
Rendimentos secundários (Liq.)	-39	-469	-89	-31	-81	-269	-84	-597	-435	-27%
Transferências do exterior	5	35	4	4	2	14	3	44	18	-58%
Transferências para o exterior	44	504	93	36	83	283	87	641	453	-29%

De notar que a falta de confiança dos agentes na moeda e na economia nacional é a principal causa da nulidade das transferências dos emigrantes angolanos para o País. Em contrapartida, as remessas de trabalhadores estrangeiros para os seus países de origem cresce 7%.

A balança de rendimentos secundários melhora 27%, de aproximadamente -600 milhões para -400 milhões de USD, com as transferências do exterior a tornarem-se praticamente nulas.

As transferências de juros e lucros demonstram a evidência sobre os custos associados à ancoragem da economia nacional ao endividamento externo e indústria petrolífera:

Tabela 15 – Juros e lucros transferidos (milhões de dólares)

Juros e lucros transferidos (Em milhões de dólares)	Trimestral 2018				Trimestral 2019			IIIº Trimestre acumulado		
	Iº	IIº	IIIº	IVº	Iº	IIº	IIIº	2018	2019	Variação
Passivos Financeiros - Investimento estrangeiro	79 697	80 523	77 783	76 776	78 728	77 153	74 146	79 334	76 675	-3%
Lucros e juros	1 735	1 935	2 016	2 109	1 808	2 387	1 554	5 687	5 749	1%
Rendimento transferido (% do investimento)	2%	2%	3%	3%	2%	3%	2%	7%	7%	0,3%
Activos Financeiros - Investimento angolano	43 032	44 182	44 557	44 312	42 399	42 162	39 540	43 924	41 367	-6%
Lucros e juros	103	110	109	127	110	187	224	448	521	16%
Rendimentos transferido (% do investimento)	0,2%	0,2%	0,2%	0,3%	0,3%	0,4%	0,6%	1,0%	1,3%	0,2%

- . Os juros e lucros transferidos para o exterior aumentaram em 62 milhões de USD (1%) de 5.687 milhões para 5.749 milhões, dos quais 3.532 milhões (61%) correspondem a lucro de petróleo (*profit oil*) das companhias petrolíferas estrangeiras associadas à concessionária nacional de petróleo e gás; os remanescentes 39%, equivalentes a 2.218 milhões, correspondem, essencialmente, ao serviço da dívida externa.
- . As transferências de juros e lucros para o exterior representam uma “rentabilidade exportada” entre 2% e 3%, por trimestre, com um potencial anual de 10% (valor real nos 4 trimestres de 2018); observa-se um crescimento de 0,3 pontos percentuais na rentabilidade exportada acumulada, quando comparamos os 3 primeiros trimestres de 2018 e 2019.
- . A esta “rentabilidade exportada” deve acrescentar-se a redução dos investimentos petrolíferos resultante dos contratos de partilha. Nos primeiros 3 trimestres de 2018 e 2019, registaram-se saídas de investimento estrangeiro no valor de 9.720 e 9.310 milhões de USD, respectivamente. Destes montantes, uma parte não determinada, mas importante, corresponde às solicitações de fundos *cash call* dos contratos petrolíferos. Se estimarmos estas transferências em $\frac{3}{4}$ das saídas de investimento directo, teremos cerca de 20% do *stock* de investimento líquido estrangeiro transferido anualmente para o exterior sob a forma de rentabilidade dos capitais e partilha de produção de petróleo.
- . As transferências de juros e lucros do exterior para Angola cresceram 73 milhões de USD (16%), de 448 para 521 milhões, sendo quase exclusivamente compostas por juros e representando uma rentabilidade anualizada de cerca de 1,7%, quase 6 vezes inferior à rentabilidade expatriada.

3.6 Posição de investimento internacional líquido

Contrariamente à conta real, cujas posições sobre o estrangeiro desaparecem quando se realizam as transacções, os movimentos da conta financeira criam posições activas e passivas, isto é, direitos e obrigações sobre o estrangeiro que permanecem e se valorizam (positiva ou negativamente). Nesta perspectiva, achamos conveniente analisar não apenas a conta financeira (fluxos) mas também a posição inicial e final do investimento e a sua valorização.

Os movimentos e a posição do investimento internacional têm como fonte os ficheiros “Balança de Pagamentos – Apresentação Padrão” e “Posição do investimento internacional: 2012 – 2019”, constantes do portal do BNA, o que permitiu elaborar a tabela, onde se lê:

- As colunas “Posição inicial e final” representam o valor dos activos detidos pelos agentes económicos nacionais (activos) e estrangeiros (passivos)ⁱ.
- As colunas “Fluxos”, correspondem saídas de fundos quando os valores são positivos nos activos e negativos nos passivos e a entrada de fundos quando os valores são negativos nos activos e positivos nos passivos. Correspondem à conta financeira da balança de

pagamentos.

- As colunas variações correspondem às valorizações (positivas ou negativas) sofridas pelos activos financeiros, o que justifica a diferença entre a posição final do período e a soma da posição inicial do período anterior com os respectivos fluxos.

Tabela 16 – Posição líquida do investimento internacional (milhões de dólares)

Posição do investimento Financeiro (Milhões de USD)	2018 Final do ano				2019 Final do 3.º Trimestre			
	Posição inicial	Fluxos	Valorização	Posição final	Posição inicial	Fluxos	Valorização	Posição final
Activo - investimento angolano no exterior	26 890	3 434	-2 183	28 141	28 141	-2 768	-1 178	24 195
Investimento directo	6 023	6	41	6 070	6 070	-2 383	-167	3 519
Empréstimos ¹	2 003	202	-1 883	321	321	-184	-127	10
Moeda e depósitos ²	12 622	2 721	-984	14 360	14 360	-1 988	0	12 371
Investimento de carteira	1 911	-153	644	2 402	2 402	1 267	-884	2 785
Derivados financeiros (que não sejam reservas) e opções	0	51	0	51	51	18	0	70
Créditos comerciais e adiantamentos	4 318	608	0	4 926	4 926	501	0	5 427
Outros	13	-2	0	11	11	1	0	12
Passivo - investimento estrangeiro em Angola	81 509	-4 756	23	76 776	76 776	-4 577	1 947	74 146
Investimento directo	29 436	-6 456	-264	22 717	22 717	-3 453	0	19 264
Empréstimos ³	49 050	3 417	-57	52 410	52 410	-1 460	1 954	52 904
Moeda e depósitos	1 317	-148	0	1 169	1 169	-838	0	331
Investimento de carteira	0	0	0	0	0	0	0	0
Derivados financeiros (que não sejam reservas) e opções	0	0	0	0	0	0	0	0
Créditos comerciais e adiantamentos ⁴	894	-918	24	0	0	1 172	0	1 172
Outros	812	-651	319	481	481	1	-7	475
Posição de Investimento Internacional líquida sem reserva	-54 618	8 190	-2 206	-48 635	-48 635	1 809	-3 125	-49 951
Activos de reserva	18 228	-942	-1 115	16 170	16 170	-756	-68	15 346
Posição de Investimento Internacional líquida inc. Reserva	-36 391	7 248	-3 321	-32 464	-32 464	1 053	-3 194	-34 605

De modo a garantir alguma coerência lógica na apresentação da PIIL, foram efectuados alguns ajustamentos, conforme as notas seguintes:

Nota n.º 1 – A valorização do BNA tem o sinal invertido.

Nota n.º 2 – O mais provável é que corresponda a uma correcção deste montante nos empréstimos de longo prazo das sociedades financeiras para empréstimos de curto prazo das sociedades não-financeiras, por erro de registo anterior. Contudo, para preservar a coerência com a balança financeira, optámos por adicionar 10.489 milhões de USD à valorização dos depósitos de longo prazo de outras sociedades financeiras;

Nota n.º 3 – Empréstimos – pequena correcção de 244 mil USD.

Nota n.º 4 – A valorização do BNA tem o sinal invertido.

Nota n.º 5 – Preenchimento a castanho. Os empréstimos titulados (Eurobonds) foram retirados da conta “investimento de carteira” para a conta empréstimos. A balança de pagamentos de Angola deve reflectir o ponto de vista de Angola (empréstimos) e não o dos investidores estrangeiros (“investimento de carteira”).

Nota n.º 6 – Na comparação entre anos, deve ter-se em conta que 2018 se refere, nesta secção, ao ano inteiro e não apenas aos 3 primeiros meses, como vinha sendo feito na balança real.

3.6.1 ACTIVOS – INVESTIMENTO ANGOLANO NO EXTERIOR

A carteira de activos (sem reservas) cresceu, em 2018, 1,2 mil milhões de USD em resultado de fluxos positivos de 3,5 mil milhões e de uma desvalorização de activos de 2,1 mil milhões; em 2019, decresceu quase 4 mil milhões, devido a fluxos negativos de 2,8 mil milhões e

desvalorizações de 1,2 mil milhões. Curiosamente, estas desvalorizações de activos, que deveriam preocupar as autoridades, nem ao de leve são referidas no discurso oficial.

Os activos destinam-se a ganhar dinheiro, isto é, exige-se que se valorizem, pelo menos a uma taxa de 2,5%, que é um mínimo de rentabilidade internacionalmente aceitável para activos seguros. Num ano em que os mercados financeiros se valorizaram a taxas de 2 dígitos, esta desvalorização de cerca de 4% é absolutamente incompreensível. As autoridades monetárias têm de observar estas situações e de penalizar os investimentos que não trazem rentabilidade. Muito mais do que os importadores inescrupulosos de que falaremos, estes investimentos desastrosos podem, num quadro geral favorável, indiciar exportação ilícita de capitais!

3.6.1.1 INVESTIMENTO DIRECTO

Não se registam variações significativas, em 2018. Em 2019, regista-se uma transferência de investimentos directos para carteira, no 1.º Trimestre, e uma desvalorização de 167 milhões. Como se perdem 167 milhões de investimento qualificado num quadro de sobrevalorização dos mercados?

3.6.1.2 EMPRÉSTIMOS

Entre 2018 e 2019, regista-se a liquidação dos empréstimos concedidos ao estrangeiro com uma perda acumulada nos 2 anos, de 2 mil milhões. Só visto!

3.6.1.3 MOEDA E DEPÓSITOS

Durante o ano de 2018, há um fluxo de aquisição de activos monetários de 2,7 mil milhões e uma desvalorização de mil milhões. Em que moeda estavam os nossos activos monetários para se terem desvalorizado 8%? Não tem explicação, nem o BNA se parece preocupar com isso! Em 2019, há um fluxo negativo de cerca de 2 mil milhões; os activos monetários foram usados ou repatriados e não se desvalorizaram. Boas notícias!

3.6.1.4 INVESTIMENTO DE CARTEIRA

Os fluxos em 2018 são residuais e regista-se uma valorização de 644 milhões. Em 2019, parte significativa do investimento directo converte-se em investimento de carteira, isto é, investimento não qualificado (menos de 10% do capital das empresas onde se investe) ou em dívida. Nada há a opor, desde que seja prudente e rentável. Só que temos uma desvalorização de quase 32%! Isto só pode ser um erro! O BNA tem a obrigação de se preocupar com estas incongruências e de as explicar.

3.6.1.5 CRÉDITOS COMERCIAIS E ADIANTAMENTOS

Trata-se de crédito concedido a clientes internacionais. Regista aumentos significativos em 2018 (14%) e 2019 (10%) sobre as respectivas posições iniciais o que não se entende num quadro de redução das exportações. Então exportamos menos e damos mais crédito? Será que só conseguimos vender petróleo a crédito? Estes valores não fazem sentido e exigiriam uma explicação da parte do BNA.

3.6.1.6 DERIVADOS FINANCEIROS E OUTROS

Sem qualquer alteração de relevo.

3.6.2 PASSIVOS — INVESTIMENTO ESTRANGEIRO EM ANGOLA

O investimento financeiro em Angola reduz-se 4,7 e 4,6 mil milhões, respectivamente, em 2018 e 2019. A valorização de 2 mil milhões, em 2019, parece ser um erro nos fluxos que só não corrigimos para manter a coerência com a balança de pagamentos.

O investimento estrangeiro reduz-se de 81,5 para 74,2 mil milhões de USD.

3.6.2.1 INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO EM ANGOLA

Assiste-se, nos 2 últimos anos, a um forte desinvestimento, no valor de 6,5 e 3,5 mil milhões, respectivamente, sobretudo no sector petrolífero, cuja principal causa são as já referidas saídas relacionadas com os contratos de partilha de produção sem contrapartida de novos investimentos. O investimento directo desce de 29,4 para 19,3 mil milhões de USD ameaçando, a breve trecho, tornar-se negativo. Seria fundamental uma explicação do executivo sobre as perspectivas de evolução desta rubrica tendo em conta os contratos existentes.

3.6.2.2 EMPRÉSTIMOS

Foram incluídos nesta conta os empréstimos Eurobond, que, sem qualquer justificação, o BNA regista em investimento de carteira. Registam-se fluxos de 3,4 mil milhões, em 2018, sem valorização digna de registo. Em 2019, parece haver um erro nos fluxos porque não se justifica a valorização, em USD, de 4% de empréstimos estrangeiros (não percebemos que moeda se terá valorizado 4% face ao USD, em 2019). De qualquer forma, mantivemos o registo do BNA para preservar a coerência com a balança de pagamentos. Sendo estes fluxos fundamentalmente relacionados com empréstimos estrangeiros ao Governo central, devia ser apresentada uma explicação cabal para esta aparente incongruência.

A dívida externa líquida sobe de 49 para 53 mil milhões de USD, 4 mil milhões de USD.

3.6.2.3 MOEDA E DEPÓSITOS

Os depósitos estrangeiros em Angola reduzem-se de 1,3 mil milhões para 331 milhões através de saídas no valor acumulado de cerca de mil milhões de USD.

3.6.2.4 CRÉDITOS COMERCIAIS E ADIANTAMENTOS

A dívida comercial passa de 900 milhões para 1,2 mil milhões, com um valor absurdo no final de 2018, em que a nossa dívida comercial é nula! Não existem dívidas comerciais iguais a zero!

3.6.2.5 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Estão registados fluxos negativos de 650 milhões e uma valorização de 300 milhões, em 2018. Em 2019, não há movimentos nem valorizações de realce. O *stock* deste investimento desce de 800 para 475 milhões.

3.7 Reservas

Tabela 17 – Reservas (milhões de dólares)

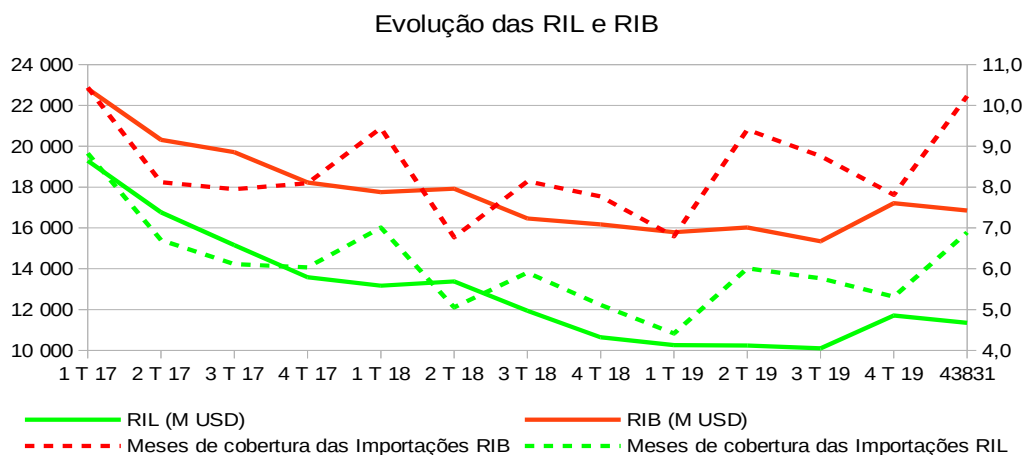
Balança de Pagamento	Trimestral 2018				Trimestral 2019			III° Trimestre acumulado		
	I°	II°	III°	IV°	I°	II°	III°	2018	2019	Varição
Conta corrente	2 330	978	2 836	1 259	31	1 730	1 472	6 143	3 234	-47%
Conta de capital	3	0	0	0	2	0	0	3	2	-30%
Conta financeira	-2 739	-287	-3 771	-1 393	1 078	-1 690	-1 197	-6 797	-1 809	-73%
Reservas Brutas	-422	1 287	-1 609	-198	-397	-19	-340	-744	-756	2%
Erros e omissões líquidos	-16	596	-673	-65	-1 508	-60	-615	-93	-2 183	2245%

A Conta Corrente é, nos primeiros 3 trimestres de 2018, altamente positiva (6,1 mil milhões) apenas para “pagar” uma conta financeira extremamente negativa (6,8 mil milhões); em consequência, as reservas brutas reduziram-se cerca de 750 milhões, com -100 milhões de discrepâncias estatísticas.

Em 2019, a Conta Corrente é positiva em cerca de 3,2 mil milhões, que suportaram saldo negativo de -1,8 mil milhões na Balança Financeira. As Reservas Brutas deveriam ter crescido 1,4 mil milhões, mas, na realidade, decresceram 750, registando-se discrepâncias estatísticas no valor de 2,1 mil milhões. Este nível de discrepâncias, correspondente a $\frac{2}{3}$ do saldo da conta corrente e superior ao saldo da conta financeira, impede uma análise adequada, sendo necessário que o BNA melhore os seus registos.

Para além destes fluxos negativos nas reservas brutas, assistiu-se, em 2018, a uma desvalorização dos activos, no valor de 1,1 mil milhões de USD (aliás, o mesmo que já tinha ocorrido em 2017). Em 2019, os Activos de Reserva desvalorizam-se em 68 milhões, o que, não sendo um valor significativo, também não se entende. Sabemos que há sempre risco associado aos investimentos, mas, quando a rentabilidade é sempre negativa, é porque a gestão não é adequada, sobretudo num ano em que os mercados financeiros se valorizaram substancialmente!

Gráfico 13 – Evolução das RIL e RIB



As **reservas brutas** estabilizaram em torno dos 16 mil milhões de USD, tendo-se registado uma queda brusca no 3.º Trimestre seguida de uma forte recuperação no 4.º Trimestre e de um ligeiro decréscimo, para 16,8 mil milhões, em Janeiro. Estimámos as importações de bens e serviços no 4.º Trimestre e em Janeiro, com base na previsão ETS usada para o PIB. Com o decréscimo das importações e o aumento das reservas, a cobertura pelas RIB cresce de 7 para 10 meses.

As Reservas Internacionais Líquidas (RIL = RIB menos passivos relacionados com reservas) descem até ao patamar de 10 mil milhões, no 4.º Trimestre de 2018, estabilizando a partir daí e acompanhando as RIB no 4.º Trimestre e em Janeiro.

Os passivos relacionados com reservas (PRR) correspondem, essencialmente, a empréstimos com acordos de recompra (REPO⁵). Em 2019, os PRR mantêm-se nos 5,5 mil milhões de USD com movimentos de acréscimo e redução que se compensam no conjunto do ano, pelo que, *grosso modo*, as RIL acompanham o movimento das RIB.

O mínimo de cobertura das importações pelas RIL (4,4 meses) regista-se no 1.º Trimestre de 2019, crescendo, posteriormente, até 5,8 meses, no 3.º Trimestre, e atingindo 7 meses, em Janeiro, considerando a nossa previsão para as importações de bens e serviços.

⁵ Repurchase agreements.

4 POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

4.1 Ambiente de negócios

Os investidores procuram rentabilidade. Perante uma redução do consumo, a tendência natural é procurar margens mais elevadas. Nestas circunstâncias, existe um elevado risco de redução da concorrência, de domínio dos preços por parte dos produtores, resultando numa redução geral da actividade acompanhada de inflação, como se tem vindo a verificar.

Para combater esta estagflação, é nossa opinião que o Estado deva promover, “a todo o custo”, a criação de negócios e de emprego.

4.1.1 Políticas de defesa da produção nacional

Apresentamos aqui uma versão resumida do nosso pensamento sobre este tema, que desenvolvemos em artigo autónomo para onde remetemos o leitor interessado.

A via que está a ser seguida, procurando ir ao encontro do quase inexistente empresariado actual, não nos parece que possa trazer grandes frutos. As empresas actuais têm, em geral, um ADN fortemente marcado pela protecção e pelo controlo estatal e são em número ínfimo para poderem fazer qualquer diferença de monta.

Não significa que não existam alguns negócios e empresários muito bons, mas a maioria seguiu, naturalmente, o ambiente existente. Há que manter os negócios, mas o esforço principal deverá ir no sentido de criar um empresariado sem dependências do Estado, atraindo capitais novos, com filosofias de negócio diferentes.

As reivindicações das associações de empresários junto do Ministro da Economia, tal como apareceram na edição do semanário *Expansão* de 7 de Fevereiro, espelham, em nossa opinião, a filosofia empresarial “estadodependente” de que falamos. Salvaguardando o facto de a peça jornalística apenas apresentar os títulos sem os desenvolver, há algumas ideias que, pensamos, devem ser discutidas.

A proibição da importação e a compra obrigatória, por parte do Estado, aos produtores nacionais distorce perigosamente os preços, aumentando a inflação e reduzindo a competitividade.

Se proibirmos a importação, os preços serão os fixados pelos poucos produtores nacionais, que trabalharão em regime de oligopólio: não existirá qualquer incentivo à redução dos preços e das margens ou à melhoria da competitividade porque o mercado se torna cativo. A obrigatoriedade de compra pelo Estado (contratos) ou pelos consumidores (proibição de importação) apenas **serve para que a maioria da população pague produtos mais caros e de menor qualidade, beneficiando os lucros dos poucos produtores em prejuízo de toda a população. Acresce que este sistema repele o investimento honesto, reduzindo a concorrência e auto-alimentando o oligopólio.**

A intenção de defesa da produção nacional parece, à primeira vista, louvável: somos, sem sombra de dúvida, solidários com esta vontade.

Porém, a principal obrigação do Estado não consiste em proteger os produtores nacionais, mas sim em garantir o melhor consumo sustentado à sua população!

Portanto, **a primeira obrigação do Estado é para com os consumidores**, que constituem, esses sim, a NAÇÃO. O apoio à produção nacional tem a ver com a palavra “sustentado” do parágrafo anterior; serve para garantir a sua manutenção, no futuro. **Só nestes limites o Estado poderá exigir alguns sacrifícios, por prazos bem definidos, aos consumidores actuais**, equilibrando oferta e procura.

Ora, a única forma de equilibrar a Oferta e a Procura numa economia de mercado é permitir a liberdade de comércio. Ao Estado cabe fomentar o aparecimento de mais e mais operadores.

Apostar num número reduzido de operadores que dominem o mercado externo do país e acreditar que será possível evitar estas actividades de saque, quando o País se encontra na sua dependência, é mera ilusão. **Estes operadores irão não apenas saquear, sobrefacturando as importações, mas também obrigar os consumidores a pagar a sua actividade ilegal, impondo preços monopolistas, perpetuando o saque!** O passado recente comprova sobejamente esta realidade.

Mas, acima de tudo, proibir a importação significa prejudicar a produção nacional!

A produção interna crescerá mais ou menos, consoante se consigam atrair novos capitais e tecnologia, não pela simples protecção dos capitais existentes.

Imaginemos que, ao estudar o ambiente de negócios, um empresário, nacional ou estrangeiro, perceba que o país tem leis que o proibem de escolher livremente os seus fornecedores, dando, implícita ou explicitamente, a um qualquer funcionário do Estado, o poder de lhe negar o abastecimento a partir das fontes mais favoráveis. Será que esse potencial empresário irá para a frente com o seu investimento, colocando-se nas mãos de um funcionário público com capacidade de se imiscuir na gestão do seu negócio? Se for uma pessoa sem escrúpulos e suficientemente aventureira, poderá avançar com o negócio, ponderando quanto lhe irá custar colocar o agente do Estado do seu lado e fazendo os seus clientes pagar a factura. Será que é este o interesse do Estado? Atrair os investidores mais aventureiros e menos escrupulosos, afastando os prudentes e honestos?

Este tipo de medidas também prejudica, gravemente, os capitais já instalados. Suponhamos que temos uma empresa que adquire produtos no mercado de importação. A empresa decidiu abastecer-se no exterior devido aos preços, à qualidade ou à sua relação. Essa empresa ver-se-á agora confrontada com a obrigatoriedade de comprar internamente em condições menos favoráveis. O que esperamos que aconteça? Que venda menos ou venda mais? Que lucre menos ou lucre mais? A resposta é evidente. **As empresas nacionais, atravessando actualmente um período difícil, ver-se-ão confrontadas com menos vendas e menos rentabilidade, o que originará mais despedimentos e falências, reduzindo ainda mais a concorrência.** Será esta uma forma de proteger a produção nacional? Ou será que devemos fomentar a procura das melhores condições para que as empresas nacionais possam vender mais, lucrando mais e beneficiando os quase 30 milhões de consumidores nacionais com bons preços e qualidade?

Só uma gestão adequada das taxas aduaneiras permite tornar atractivas novas actividades produtivas inexistentes. É, sobretudo, disso que a economia nacional necessita!

Impor a produção nacional pelo preço, através de taxas aduaneiras mais elevadas, parece ter alguma razoabilidade, até porque se pode limitar o esforço que a exigir dos consumidores, definindo, por exemplo, uma taxa alfandegária máxima de 25%; além do mais, é um método suficientemente testado e com resultados conhecidos, sendo possível estabelecer, pela experiência alheia, limites de razoabilidade.

As taxas aduaneiras são mais flexíveis porque podem variar quantitativamente, o que não acontecerá com a proibição de importação que apenas pode assumir dois estados: sim ou não.

Na verdade, a protecção da indústria nacional exige a variação no tempo da protecção aos produtores. Antes de mais, não nos esqueçamos que, a curto prazo, proteger os produtores é o mesmo que penalizar os consumidores: **portanto, o que deve fazer-se é impor taxas aduaneiras sucessivas que possam subir e descer ao longo dos anos, equilibrando os interesses do aumento da produção nacional com os dos consumidores e forçando melhorias de produtividade que nos tornem, como Nação, mais competitivos.**

As vantagens da utilização das taxas aduaneiras para protecção da produção nacional são evidentes:

1. porque **limitam os sacrifícios** exigidos aos consumidores quer em termos de **preço**, quer no **tempo**;
2. porque **são gerais e abstractas, aplicando-se de forma igual e transparente** a todos os agentes, eliminando as decisões discricionárias dos agentes do Estado;
3. **porque beneficiam de uma longa história e literatura, permitindo eliminar o experimentalismo e atipicidade que nos são tão característicos e tão prejudiciais!**

4.1.2 Reforma do Estado

Observando os dados do INE, verificamos que cerca de **70% das empresas constituídas nunca iniciaram actividade**, o que significa que apenas 52.700 alguma vez funcionaram. Destas, 50% são empresas unipessoais, e 50% são empresas comerciais (a intersecção dos 2 conjuntos é desconhecida), e uma parte desconhecida cessou, informalmente, a actividade. Restam portanto, seguramente, menos de 20 mil empresas com mais de um sócio e menos de 20 mil fora da área do comércio. Considerando uma população de 30 milhões, percebemos que se trata de um número ínfimo de empresas formais, situação a que é urgente por cobro.

Parece óbvia a necessidade de captar os 70% de negócios que desistiram entre a fase de criação da empresa e o início da actividade. As razões terão sido as mais diversas, mas podemos, decerto, apontar como importante a profusão de regras de difícil acesso e compreensão ou de tal forma onerosas que tornam os negócios, na sua versão formal, inviáveis. Para atrair investimento nacional, há que eliminar, urgentemente, as autorizações e proibições ao comércio livre, a burocracia e as inspecções desnecessárias.

Em primeiro lugar, deve estabelecer-se o que se deseja controlar, descrevendo-o, de forma clara. Se o Estado não sabe escrever as normas exigíveis num documento único e claro, a solução não pode ser “atirar” com fiscais para cima das empresas com interpretações pessoais de normas obsoletas ou inadequadas. Ao produzir esta lista, os órgãos sectoriais encontrarão inúmeras regras que ou não são exequíveis no actual estágio de desenvolvimento da nossa economia, ou são **perfeitamente ultrapassadas, ou demasiado onerosas para que os negócios sejam competitivos. Essas devem ser eliminadas, deixando o Estado de as fiscalizar até serem definitivamente revogadas.** Trata-se de um procedimento de emergência nacional face à urgente necessidade de aumentar as empresas, a produção e o emprego num ambiente onde, reconhecidamente, um emaranhado de leis e normas contraditórias impede o bem-estar dos cidadãos. **As fiscalizações prévias (alvarás e semelhantes) devem ser eliminadas, substituindo-se pela declaração de início de actividade nas Finanças, eliminando as actividades de cadastro, alvarás e estatísticas dos ministérios,** que são simples redundâncias,

integrando os seus sistemas, manual ou automaticamente, com o cadastro e estatística das Finanças. **As fiscalizações deverão ser entregues a uma polícia económica única**, que controlará, exclusivamente, a listagem de controlo sectorial e o cumprimento das obrigações fiscais; insistimos, que, rigorosamente, mais nenhuma actividade de controlo ou imposição, excepto quando estejam envolvidos recursos naturais, seja exercida sobre os empresários. A actividade dos ministérios deve, pois, concentrar-se, exclusivamente, na ajuda e promoção dos negócios, usando os dados das Finanças e do INE para o trabalho dos seus gabinetes de estudo. **E o trabalho dos ministros deverá ser avaliado pelo número de empresas activas e pelo volume e crescimento da actividade fiscalmente relevante das empresas do seu sector.**

O que é fundamental é um funcionamento regular e contínuo das regras e das instituições do Estado, permitindo uma vida tranquila e previsível aos agentes económicos. Esta acção quotidiana, regular e invisível para que a sociedade funcione de forma organizada e tranquila continua por realizar. A reforma no sentido da clarificação e simplificação não tem custos, antes liberta os serviços de actividades burocráticas e de inspecção desnecessárias e ineficazes, potenciando uma importante poupança de recursos, a curto prazo.

O nível de burocracia do Estado continua imenso. A reestruturação do aparelho de Estado deve começar por um **substancial corte no número de ministérios, eliminando funções redundantes e desnecessárias e postos de trabalho burocráticos**, ao mesmo tempo que se aumentam os efectivos necessários: educação, saúde, justiça e polícia. A reestruturação do aparelho de Estado não é uma opção, é uma exigência para se sair da crise, tornando eficaz a despesa pública.

4.1.3 Segurança jurídica

A propriedade deve ser protegida e registada para que o capital se acumule. **Ações e legislação que favoreçam a agregação de capitais e, sobretudo, o reinvestimento dos lucros** devem ser promovidas pelo Estado, o que continua por se verificar, pelo menos com a intensidade necessária.

Um dos principais entraves ao crédito, à acumulação de capital e à capacidade de forçar o cumprimento dos contratos reside na forma obsoleta da propriedade imobiliária e na sua falta de registo. Consistindo a maioria do capital existente no país (e em quase todos os países do mundo, incluindo os mais desenvolvidos) em activos imobiliários, a falta do seu registo e de transparência dos direitos de propriedade impede as garantias necessárias aos empréstimos e à execução de decisões judiciais que representam fortes entraves ao ambiente de negócios. **A transformação das relações de propriedade e o seu registo, especialmente da propriedade da terra e construções, para que possam funcionar como capital, deveriam representar, consequentemente, uma importante prioridade do Estado.**

Esta situação é particularmente gravosa nas áreas rurais, onde extensões enormes de terrenos improdutivos se encontram vedados a qualquer actividade económica e, simultaneamente, as empresas detentoras de capital e conhecimento se vêem confrontadas com inúmeras intromissões nas suas terras. Parece dominar a lei do mais forte e não a autoridade do Estado. Os poderosos delimitam terras e impedem pastagens e a explorações agrícolas aos camponeses tradicionais, ao mesmo tempo que mantêm as terras improdutivas; em contrapartida, os empresários agrícolas, nacionais ou estrangeiros, que não têm poder, são sujeitos à invasão das suas terras por camponeses e autoridades tradicionais, usando práticas de extorsão que provocam o abandono dos projectos ou a redução da sua actividade. **O Estado tem, urgentemente, de definir a propriedade agrícola, de exigir que os “proprietários” de extensões relevantes paguem ao Estado, sob a forma compra, renda ou imposto, o que lhes foi, indevidamente, atribuído; de impedir a manutenção de terras improdutivas através da imposição de forte taxaçaõ da**

inactividade; de impor o cumprimento dos títulos de posse concedidos, constituindo-se no único agente a quem eventuais reclamantes possam demandar reparação ou compensação, deixando os agentes privados actuar tranquilamente nas suas explorações.

A imposição do cumprimento dos contratos e da Lei, em geral, é uma das principais condicionantes do investimento, porque aumenta o risco e a incerteza, exigindo margens mais elevadas e, conseqüentemente, preços mais altos. A solução do problema das insolências, do cumprimento dos contratos e da Lei exige tribunais em número adequado e a funcionar. O investimento na formação de um número maior de juristas, a dotação dos tribunais com meios humanos, materiais e financeiros e, eventualmente, algum investimento em instalações são, na nossa opinião, prioritários.

4.1.4 Despesas fiscais impulsionadoras dos negócios

Para desenvolver a produção agrícola e a actividade económica nas Províncias, são necessárias estradas em bom estado. **Reservar a dotação de meios humanos e materiais que mantenha as estradas e ruas em pleno funcionamento, reparando-as imediatamente, sem deixar agravar a degradação, é, a nosso ver, uma prioridade do Estado.** Já falámos o suficiente sobre este assunto: deve começar-se pelos eixos estruturantes, depois passar à ligação com as sedes de província e depois com as sedes dos municípios; nas cidades não são necessárias mais obras de construção ou eixos estruturantes, apenas disciplinar as paragens de táxis e travessias de peões porque, fora destes pontos, não existem estrangulamentos. **Fazer mais vias sem pôr as existentes a funcionar é um contra-senso.**

Outro importante aspecto do ambiente de negócios tem a ver com os chamados custos de contexto (ex.: compra de água de cisternas, gasóleo para geradores, contratação de seguros privados, etc.). Estes custos adicionais tornam os nossos produtos menos competitivos, reduzindo fortemente a atractividade dos investimentos. Resolver estes problemas com uma adequada política fiscal é um imperativo de um governo eficiente.

O investimento nas infra-estruturas de água, electricidade e saneamento, bem como a sua dotação com a despesa corrente necessária ao seu funcionamento e manutenção adequados (técnicos, equipamentos, etc.), são essenciais à melhoria da competitividade dos negócios.

A nível das pescas, **é necessário criar pontos de descarga e comercialização controlados** (lotas ou pontos de descarga), **dotados de pessoal e meios que permitam a sua adequada manutenção e o cumprimento das funções de controlo das quantidades e limites de pesca e de registo estatístico.** Deve ser **urgentemente aprovada legislação que obrigue todas as embarcações de pesca, mesmo em trânsito, a aportar ao último ponto de descarga antes de abandonar as águas territoriais, para fiscalização das capturas.** E deve ser reforçada a **vigilância marítima**, recorrendo aos meios existentes da marinha, à denúncia de actividades ilegais por parte dos operadores do sector e aos meios de observação do exército e força aérea, que, mesmo os que não sejam destinados a missões de guerra no mar, podem perfeitamente cumprir a missão de controlo de barcos de pesca.

Para que exista turismo, é necessário, para além das questões ligadas à **propriedade** e ao bom estado das **estradas**, dar prioridade à **celeridade dos processos no único aeroporto** que funciona para o tráfico internacional, à **manutenção adequada dos pontos de interesse** (locais históricos, reservas ecológicas, praias), à boa **limpeza geral** (um ponto essencial), à **segurança e liberdade** para quem frequenta as **zonas turísticas e de diversão**, todas elas por realizar.

4.1.5 Educação, saúde e segurança

Na produção camponesa tradicional, os filhos permanecem na esfera de produção do pai; logo, um grande número de filhos significa mais riqueza. Na realidade urbana (e mesmo camponesa) contemporânea, os filhos abandonam a esfera de influência paterna quando constituem família. Os pais devem prover educação, saúde e alimentação aos seus filhos, mas, depois, não beneficiam da sua contribuição económica, enquanto adultos; logo, um grande número de filhos significa mais pobreza. Pensar que ter muitos filhos é uma tradição africana apenas revela ignorância; assim é (ou foi) em todo o mundo, sem qualquer excepção, desde a Europa e América do Norte, onde a transição se operou plenamente, à América do Sul, Ásia, Médio Oriente e África, onde vivemos em diversas fases da transição. **A redução da taxa de crescimento populacional é prioritária.** Os cidadãos têm de ser responsabilizados pelas suas crianças. **É necessário que o Estado tome a seu cargo, como prioritária, a imposição dos deveres de paternidade.** A punição severa dos infractores, aliada a uma publicidade adequada dos deveres paternos, a par de todas as medidas técnicas e sociais específicas de controlo da natalidade, deverá garantir que **cada casal apenas tenha o número de filhos que pode alimentar e educar com saúde.**

A educação exige **investimento em escolas, na formação de meios humanos e na aquisição de equipamentos** com um crescimento pelo menos proporcional ao aumento populacional; e **despesa corrente para garantir os meios humanos e materiais para o seu funcionamento.** Além desta despesa proporcional ao crescimento da população, **é também necessário colmatar o deficit existente,** dedicando recursos adicionais a este sector.

O nível de exigência e a qualidade dos professores e da aprendizagem dos alunos é prioritário. **A valorização dos professores, aliada a um grau de exigência de qualidade** mais elevado, é fundamental. **Os alunos devem ser avaliados em exames nacionais exigentes** e retidos se não possuírem as qualificações necessárias, **garantindo-se que os padrões mundiais sejam atingidos num número bem definido de anos, impondo-se objectivos anuais exigentes.**

A nível da saúde temos de parar de fazer mais hospitais para nos dedicarmos, primeiro, a recuperar a correcta operação dos existentes. Não havendo, a curto prazo, capacidade para dotar os existentes de meios humanos e materiais que garantam a sua função, não faz sentido construir mais. Um hospital não é um conjunto de paredes com o nome “Hospital” escrito na entrada! **O investimento tem de consistir na formação acelerada dos meios humanos e na aquisição dos meios técnicos necessários a transformar as paredes existentes em hospitais** (ou centros de saúde, etc.), pelo menos com um nível de exigência mínimo que garanta que possam ser chamados como tal. E deve ser desenvolvido um **plano de emergência que acabe com a aberração de termos a maior parte dos actos médicos executados por enfermeiros.**

A segurança pública também é, a nosso ver, prioritária e deverá crescer, adequadamente, com a população. É importante que a Polícia Nacional altere a sua actuação, reduzindo o controlo sobre os cidadãos e privilegiando a sua segurança. **Enquanto as empresas necessitarem de contratar seguranças privados e os cidadãos não puderem deslocar-se, com segurança, para casa e para o trabalho, não estaremos a ajudar ao crescimento da produção.** Esta deve ser uma **prioridade do Estado.**

4.1.6 Conclusão

Que nos desculpem os puristas, mas o País precisa de pôr a funcionar o que existe, não de criar mais coisas para deixar ao abandono. Portanto, enquanto existirem estruturas que deviam funcionar e não funcionam, **precisamos de mais despesa corrente e não de mais investimento,** que deve limitar-se às poucas estruturas necessárias para garantir as acções acima enunciadas:

infra-estruturas de água, electricidade, saneamento e segurança, lotas e, eventualmente, algumas unidades de polícia e tribunais.

Não queremos ser donos da verdade e, eventualmente, não teremos falado de alguma direcção estratégica. O que se pretende reforçar é que estratégia não é distribuir para todos, é o contrário: concentrar recursos nas direcções estratégicas, sacrificando o que não pode ser desenvolvido, e, salvo algumas excepções, manter o que existe, sem deixar criar novos pontos vulneráveis.

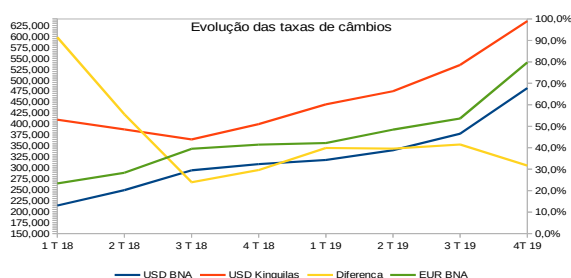
O país está em situação de emergência nacional! Necessita, pois, de direccionar os seus recursos para a manutenção dos actuais serviços públicos, melhorando-os através de ganhos de produtividade, e colocar os restantes recursos nas direcções prioritárias que acabámos de listar. Na nossa opinião, tudo o resto deve esperar. Os recursos libertos com esta redução da despesa deverão ser usados, exclusivamente, para reduzir a dívida.

4.2 POLÍTICA MONETÁRIA

4.2.1 Política cambial

Os dados desta secção foram retirados do ficheiro “Taxas de Câmbio”, que pode ser encontrado no sítio do BNA.

Gráfico 14 – Evolução das taxas de câmbios



Em 2017, as duas divisas de referência valorizaram-se fortemente, de Janeiro a Outubro, no mercado formal (linhas verde e azul), ao mesmo tempo que se desvalorizavam no mercado informal (linha vermelha). Consequentemente, a diferença (linha amarela) tem uma queda brusca desde um máximo de 160%, no final de 2017, para um mínimo de 25%, no final do 3.º Trimestre do ano de 2018.

A partir desse ponto, os câmbios no mercado formal apresentam uma subida ligeira (3% a 4% por trimestre), enquanto se deterioram rapidamente no informal (a uma média trimestral de cerca de 10%), elevando a diferença até perto de 40%. Este afastamento parece ter feito soar os alarmes. Em Outubro, o BNA deixou desvalorizar⁶ intensamente o Kwanza. De 30 de Setembro a 25 de Outubro, data de entrada em vigor da liberalização cambial, o Kwanza tinha desvalorizado 26% (cerca de 1% ao dia); no conjunto do mês de Outubro, a desvalorização foi de 31,4%, ou seja, a entrada em vigor da liberalização não acelerou a desvalorização, antes pelo contrário, os câmbios estabilizaram ou houve mesmo valorização do Kwanza.

A tese do BNA de que o mercado informal não tem qualquer expressão em volume parece ter sido comprovada. **A desvalorização intensa no 4.º Trimestre ocorreu principalmente em Outubro e foi, em grande parte, resultante da inacção do BNA desde Outubro de 2018, deixando, durante um ano, a iniciativa de fixação dos câmbios ao mercado informal.** Em Novembro e Dezembro, o Kwanza valorizou-se face ao USD, no BNA e no mercado informal, e desvalorizou-se na banca comercial. Em Janeiro, volta a desvalorizar no BNA e na banca comercial e a

⁶ Existe uma diferença académica entre desvalorização e depreciação que em nada contribui para a clarificação das consequências económicas do problema. Consequentemente, como a única coisa que nos importa é a economia, utilizamos, indiferentemente, estas expressões.

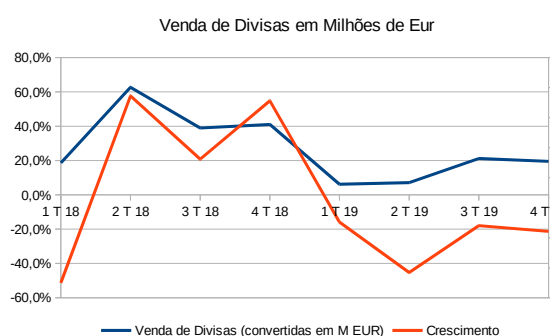
valorizar nas Kinguilas⁷. A banca comercial parece agora marcar, de forma mais clara, o preço a pagar pela aquisição de divisas pelas empresas. Como as taxas de câmbio são diferentes, iremos seleccionar o BNA ou o BAI como referência, no futuro. A diferença entre as taxas da banca comercial e do BNA ronda, desde Dezembro de 2019, os 5%.

4.2.2 Venda de divisas

Fonte: BNA, ficheiro “Venda de Divisas” — sítio do BNA.

A escala do crescimento é a do eixo principal, à esquerda.

Gráfico 15 – Evolução das vendas de divisas (milhões de Eur)



O crescimento homólogo da venda de divisas, em 2019, foi sempre negativo, à volta dos 20%, com excepção do vale profundo no 2.º Trimestre, que atinge -40%.

O montante (linha azul) de vendas de divisas foi sucessivamente descendo, por patamares, até aos primeiros 2 trimestres desse ano, onde se situa abaixo dos 2 mil milhões de USD, apresentando, depois, uma ligeira subida para o patamar dos 2,3 mil milhões. O país está a importar menos sem que produza mais, ou seja, à custa da redução do consumo, da própria produção (menos matérias-primas) e do investimento.

4.2.3 Agregados monetários

A trajectória dos agregados monetários mostra a decomposição da oferta monetária, de importância extrema na inflação.

Tabela 18 – Agregados monetários – crescimento da base monetária

Crescimento da Base Monetária	2018				2019				2020
	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	Jan 20
Base Monetária	0%	-6%	-5%	17%	0%	8%	10%	24%	13%
Moeda Física	-11%	-10%	-1%	20%	-9%	-13%	-2%	25%	8%
Reserva bancária	6%	-5%	-6%	16%	4%	17%	14%	23%	15%
Depósitos obrigatórios	0%	-4%	-17%	18%	0%	19%	20%	39%	34%
Em moeda nacional	-4%	-9%	-15%	3%	3%	19%	17%	33%	19%
Em moeda estrangeira	27%	18%	-21%	77%	-6%	20%	30%	53%	67%
Depósitos Excedentários	32%	-7%	31%	14%	13%	12%	2%	-15%	-31%
Em moeda nacional	34%	-29%	23%	19%	26%	13%	-21%	-50%	-40%
Em moeda estrangeira	27%	74%	45%	6%	-5%	11%	46%	34%	-21%

Observa-se um crescimento significativo da moeda em circulação (moeda nos bancos e em poder do público) no 4.º Trimestre de 2019, que se prolonga para Janeiro de 2020. Contudo, o peso desta rubrica desce de 23,7%, no 3.º Trimestre, para 22,6%, em Janeiro, pelo que não se lhe deve dar excessiva importância.

Os movimentos mais significativos têm a ver com os **depósitos obrigatórios**, que **sobem** cerca de 20%, no 2.º e 3.º trimestres, e quase 40%, no 4.º Trimestre, **devido à alteração, em Novembro, da taxa de reservas obrigatórias em moeda nacional**, de 17% para 22%, e ao crescimento das

⁷ Mercado informal

reservas em moeda estrangeira, que crescem a um ritmo superior a 50%, devido à depreciação da moeda. Ao contrário, as reservas livres decrescem, limitando o crescimento do total de depósitos de reserva, que regressam, em Janeiro, ao crescimento típico de 2019. A “secagem” das disponibilidades no sistema bancário, por via do aumento das reservas, teve como objectivo sustentar o Kwanza, o que, como se analisou, foi conseguido.

Tabela 19 – Taxa de crescimento dos agregados monetários

Taxas de crescimento monetário	2018				2019				2020
	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	1.º Tri.	2.º Tri.	3.º Tri.	4.º Tri.	Jan 20
Cresc. Moeda Física	-13%	-12%	-4%	21%	-5%	-6%	3%	22%	-12%
Crescimento do M1	4%	-2%	2%	6%	5%	0%	2%	13%	2%
Crescimento do M2	7%	5%	5%	2%	1%	3%	7%	17%	2%
Cresc. Depósitos em Kwanzas	0%	0%	-3%	-3%	2%	3%	3%	5%	3%
Cresc. Moeda nacional	-1%	-1%	-3%	-1%	2%	4%	6%	10%	8%
Cresc. Moeda estrangeira	26%	15%	18%	6%	1%	4%	14%	43%	33%
Dep. Moeda Estrang/ Total Dep.	38%	41%	46%	48%	48%	48%	50%	55%	55%

O crescimento de todos os agregados dispara, no 4.º Trimestre de 2019. A moeda física em poder do público sobe 22%, o que corresponde ao movimento sazonal correspondente às festas (21% em 2018), para logo regressar a valores “normais”, em Janeiro. O peso deste agregado é cada vez menor, tendo passado de 5,2% para 3,5% do M3 e de 8,1% para 7,4% do total de moeda nacional, entre o 1.º Trimestre de 2018 e Janeiro de 2020. A moeda física tem uma importância muito limitada e cada vez menor no conjunto dos agregados monetários; **as ideias de que novas notas ou muitas notas podem ter influência decisiva na economia não correspondem à realidade. No entanto, a alteração do valor facial das notas pode constituir um factor psicológico com influência negativa na inflação.**

O crescimento da moeda nacional (moeda física e depósitos) apresenta uma evolução estável, subindo, em crescendo, ao longo do ano de 2019, de 2% para 10% (8% em Janeiro), corrigindo o movimento de redução de 2017 e 2018. Desde Dezembro de 2017 até Dezembro de 2019, a moeda nacional cresce, apenas, 7%, face a uma inflação (dados oficiais) de 39%. **Esta redução da oferta real de moeda teve um impacto significativo no consumo real das famílias e na tesouraria das empresas, mesmo quando consideramos a inflação do INE. Nestas circunstâncias, sem fortes incentivos, o investimento não aparecerá.**

Entre Dezembro de 2017 e de 2019, **os depósitos em moeda estrangeira crescem 168% quando valorizados em Kwanzas, mas face a uma desvalorização cambial de 191%. Também os depósitos em moeda estrangeira decresceram, quando valorizados em USD!**

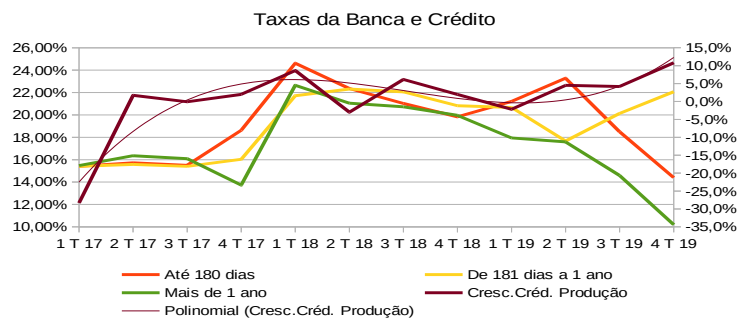
Convém sublinhar que a desvalorização do Kwanza foi de 191% e não de 55%, como alguns jornalistas e mesmo economistas dizem. Seja em que circunstâncias for, quando comparamos duas quantidades, no tempo, dividimos o valor final pelo valor inicial porque pretendemos medir a evolução, ou seja, o presente relativamente ao passado e não o inverso; dividir o valor inicial pelo valor final não tem qualquer significado!

A “dolarização” da economia, isto é, o total de moeda estrangeira sobre o total de moeda (nacional e estrangeira), **sobe de 38%, no final de 2018, para 55% em final de 2019.** O volume de Kwanzas pesa cada vez menos no conjunto da economia.

4.2.4 Taxas de juro e crédito à economia

As taxas apresentadas no gráfico são as taxas médias do trimestre, tal como se apresentam no ficheiro “Quadro i.d.2 Taxas de Juro Sobre Novas Operações Das Outras Sociedades De Depósitos”, publicado no portal do BNA.

Gráfico 16 – Evolução das taxas da banca e crédito



A taxa de juro média de prazo superior a um ano (linha verde) apresenta um claro movimento descendente, tendo atingido o limite psicológico dos 10%.

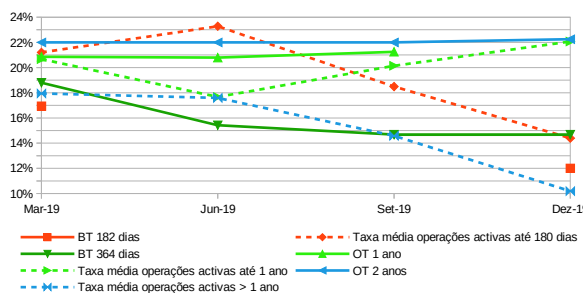
A taxa média até 180 dias (linha vermelha) começa também a acompanhar as taxas de prazo mais longo.

A taxa de prazo médio (linha amarela), apresenta, contudo, um movimento em contraciclo com as restantes.

A evolução do crédito à produção (linha roxa) parece agora ter descolado, apresentando já uma significativa correlação inversa com as taxas de juro. Contudo, como a base de partida é muito baixa, mesmo um crescimento significativo pode não ser suficiente. O acentuar da correlação negativa entre as taxas de maior prazo e o crescimento do crédito pode ser um sinal indicativo do aumento do crédito ao investimento. Insistimos na necessidade do desdobramento dos dados do crédito por maturidades para se poder analisar melhor.

Em 2019, só houve duas emissões de Obrigações do Tesouro (OT) indexadas à taxa de câmbio, em Maio e Junho, ambas a 5,25%.

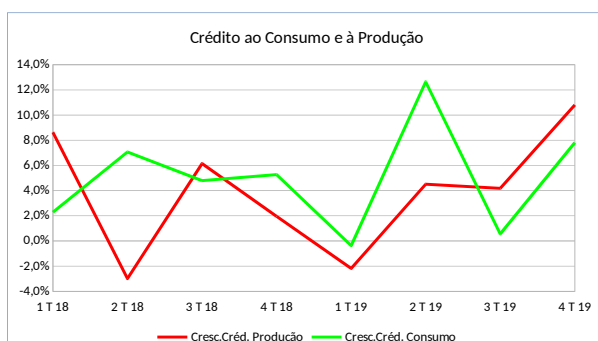
Gráfico 17 – Evolução das BT e OT



Comparando as taxas das OT e BT (linhas a cheio) nos vários prazos (códigos de cor) com as taxas activas da banca (linhas a tracejado), verifica-se: 1) No prazo de 6 meses (laranja), a distância encurta-se ligeiramente, mas as taxas da dívida pública continuam a ser superiores às taxas activas; 2) No prazo de 1 ano (verde), as taxas das operações activas sobem para valores acima dos 20% e são sempre superiores às taxas da dívida pública; 3) No prazo de mais de 1 ano (azul), as taxas da dívida pública mantêm-se quase inalteradas, distanciando-se das taxas activas, que descem significativamente.

Em conclusão, a concorrência da dívida pública face ao crédito à actividade continua forte, não havendo qualquer incentivo para a banca emprestar à economia quando beneficia de taxas de juro mais elevadas e com garantia estatal. No prazo intermédio, as taxas activas são tão elevadas que só podem atrair empresas em situação de tesouraria desesperada.

O crédito à actividade é, nestas circunstâncias, quase um milagre!

Gráfico 18 – Crédito ao consumo e à produção


O crescimento do crédito à produção⁸. (linha vermelha) apresenta, uma tendência positiva desde o 2.º Trimestre de 2019, atingindo +10% no 4.º Trimestre. Contudo, considerando a inflação, o crescimento real é negativo.

O crédito ao consumo (linha verde) apresenta uma tendência oscilante. Mais adiante analisaremos a questão da inflação, que contraria este optimismo dos crescimentos nominais.

Tabela 20 – Estrutura e evolução dos *stocks* de crédito

Crescimento do crédito à actividade	Peso		
	2017	2018	2019
G - Comércio por Grosso e a Retalho	28%	26%	26%
k - Activ. Imob., Alugueres e Serv. Prest. as Empresas	17%	19%	16%
F- Construção	14%	14%	15%
O - Outras Activ. de Serv. Colect., Sociais e Pessoais	12%	13%	14%
D - Indústria Transformadora	8%	9%	10%
A - Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura.	7%	6%	6%
I - Transportes, Armazenagem e Comunicações	3%	3%	4%
C - Indústria Extrativa	2%	2%	4%
H - Alojamento e Restauração (Restaur. e Similares)	3%	2%	2%
J - Actividades Financeiras, Seguros e Fundos de Pensões	4%	3%	1%
B - Pescas	0%	0%	0%
Outras	2%	2%	2%
TOTAL	100%	100%	100%
Sectores estratégicos	18%	18%	18%

A estrutura e evolução dos *stocks* de crédito demonstram uma quase absoluta imobilidade. Note-se que **os 4 primeiros beneficiários do crédito (comércio, imobiliário, construção e outros serviços) absorvem 71% do crédito, representando os sectores prioritários (preenchidos a azul) apenas 18%, com o sector das pescas a valer ZERO.** Com esta estrutura de crédito, dificilmente haverá resultados na substituição das importações.

De notar ainda o forte declínio da rubrica “ J - Actividades Financeiras, Seguros e Fundos de Pensões”, cujo peso passa de 4% para 1%.

O PAC, instituído através do decreto presidencial 159/19 (ver relatório do 4.º Trimestre de 2018), não teve resultados conhecidos nem parece que venha a ter maior sucesso do que qualquer outro projecto semelhante. Infelizmente, também falhou o protocolo do BNA com 8 grandes bancos, destinado a “forçar” o crédito à economia. Parece que a imobilidade do tecido empresarial, já muito endividado e com incumprimentos, e a falta de colaterais que reduzam o risco estão a criar fortes obstáculos. É tempo do BNA apresentar um relatório claro sobre este assunto para que se possa avaliar.

⁸ As rubricas “«P - Famílias Com Empregados Domésticos”», “«Q- Organismos Internacionais e Outras Instituições Extra-Territoriais”» “«Z- Particulares”» oram considerados como crédito ao consumo. O crédito à produção corresponde ao crédito total menos estas rubricas. Estas definições de crédito ao consumo e à produção, apesar de não muito rigorosas, parecem-nos úteis para perceber o destino do crédito.

4.2.5 Inflação

A taxa de inflação do INE perdeu toda a credibilidade com os números do 4.º Trimestre.

O INE não apresenta os preços e os pesos de cada produto no cabaz, mas podemos tirar algumas conclusões recorrendo a uma amostra. No IPCN⁹ do INE de Outubro, os produtos que mais contribuem para a variação do índice são: óleo, açúcar, fuba de milho, arroz corrente e arroz agulha; em Novembro, óleo, arroz agulha, tomate e bilhetes aéreos; em Dezembro, arroz agulha, fuba de milho, gasosas e óleo. Seleccionando os produtos com peso mais significativo, poderemos aferir a veracidade dos dados do INE.

O litro de óleo de soja custava¹⁰, em Setembro, cerca de 400 Kwanzas, em Dezembro, 700, ou seja, +75%; o INE reconhece uma variação de 3,51 em Outubro, 3,13 em Novembro e 2,61 em Dezembro, isto é, um crescimento composto de 9,54%. Portanto, o óleo devia custar, em Dezembro, 438 Kwanzas e não 700. Quem nos irá devolver a diferença?

O saco de 25 kg de fuba de milho, nos armazéns grossistas, custava, em Setembro, 4.000 e, em Dezembro, 7.300 (82,5%); o INE reconhece uma variação composta de 7%, ou seja, o saco de 25 kg de fuba deveria custar 4.281 Kwanzas. Arredondemos para 4.300 e continuamos sem explicação para os restantes 3.000 Kwanzas!

O saco de arroz corrente custava, nos armazéns grossistas, 5.000, em Setembro, e 10.000, em Dezembro, ou seja, um crescimento acumulado de 100%; mas o INE apenas reconhece um aumento acumulado, nos 3 meses, de 12,2%, ou seja, o saco de 25 Kg devia estar a custar 5.600. Onde colocou o INE a diferença de 4.400 Kwanzas?

Poderíamos continuar a série de comparações, mas pensamos que é suficiente para o que pretendemos afirmar. A inflação, entre Setembro e Dezembro, **NÃO FOI DE 4,9%**, como afirma o INE, **mas sim, seguramente, superior a 70%**; todos os consumidores angolanos, incluindo os técnicos e dirigentes do INE, sabem perfeitamente que é assim!

Não se trata dos pesos ou lugares onde se registam os preços: **os preços estão pura e simplesmente ERRADOS!** Trata-se de um **ERRO GROSSEIRO**, que **ultrapassa tudo o que é aceitável e que exige consequências imediatas.**

Enquanto isso não for feito, **iremos considerar a inflação homóloga, no ano de 2019, igual a 90%**. Esta estimativa grosseira destina-se a permitir um cálculo minimamente credível dos valores deflacionados para todos os efeitos práticos. Este valor de 90% continua a pecar por defeito, mas não temos dados para fazer um cálculo mais fiável. Desafiamos o INE a demonstrar que estamos errados, apresentando os preços dos produtos e serviços do cabaz de inflação, em Dezembro de 2018 e 2019, cuja variação foi inferior a 90%. Como não são, seguramente, muitos, a tabela deve ser simples de elaborar. Ora, se todos (com eventuais honrosas excepções) os produtos custavam, em Dezembro de 2019, sensivelmente mais do dobro do que custavam em Dezembro de 2018, isto é, **se o crescimento de cada um dos preços foi superior a 90%, não pode o agregado ser inferior ao aumento de cada uma das suas principais parcelas. Há limites para a falta de aditividade!**

Esconder a realidade da inflação significa privar-nos da capacidade de perceber os importantes movimentos da economia ocorridos no final do ano passado; é um mau serviço

⁹ Índice Preços no Consumidor Nacional.

¹⁰ Comparação entre os preços mais baixos dos retalhistas mais baratos: Alimenta eAngoMart.

prestado aos cidadãos e aos dirigentes deste país, que não podem, evidentemente, gerir bem sobre bases incorrectas...

... e que ninguém se iluda: nenhum investidor avança se sentir que não dispõe de informação credível; esta desinformação poderá actuar como forte repelente do investimento.

O fim dos subsídios à energia e combustíveis irá, provavelmente, ditar uma nova subida acentuada dos preços, se for tudo feito “à bruta”, como a desvalorização de Outubro e o IVA, sem dar tempo a que os negócios e os orçamentos familiares se adaptem. Embora consideremos que os subsídios aos combustíveis são uma forma muito injusta de redistribuição, **novos choques dramáticos nos custos de produção afectarão acentuadamente o PIB, como tem vindo a suceder.** Infelizmente, não temos já qualquer ilusão sobre o que se irá passar.

4.3 Política Fiscal — Orçamento Geral do Estado — OGE

O Ministério das Finanças (MinFin) continua a não apresentar dados estatísticos utilizáveis e actualizados sobre a execução do OGE.

Os dados constantes da rubrica “Estatísticas”, no Portal do INE, referentes à despesa por natureza, apresentam, para 2018 e 2019, dados até à linha 195; mas os títulos terminam na linha 184; as rubricas não correspondem aos dados, não se percebem os totais, etc. Trata-se de um documento perfeitamente ininteligível. É tempo de a Ministra das Finanças, que é uma pessoa competente, pôr cobro a esta situação. Os dados estão lá, é só alinhá-los devidamente e apresentar quadros coerentes.

O último relatório de execução refere-se ao 3.º Trimestre de 2019. As comparações com o orçamento anual, o trimestre homólogo e o trimestre anterior são de pouca utilidade, considerando a irregularidade das receitas e despesas ao longo do ano; seria mais útil apresentar os valores acumulados ou a série de dados entre o 1.º Trimestre do ano anterior e o trimestre em análise. A informação pode estar correcta, mas diz-nos muito pouco porque não sabemos o que aconteceu nos trimestres anteriores. Não nos parece que seja difícil manter uma estatística de execução trimestral, numa folha de cálculo simples, como, aliás, já existiu.

A versão preliminar da Conta Geral do Estado de 2018 será analisada num documento posterior deste Centro.

Limitamo-nos aqui a sublinhar os aspectos mais gerais.

O Relatório apresenta (n.ºs 178 e 179) uma receita, excluindo financiamento, de 5,8 biliões contra uma despesa, sem amortizações de passivos financeiros, de 5,2 biliões, de onde resulta um *superavit* de 588 mil milhões. Contudo, no quadro 10, a receita não financeira apenas totaliza 5,6 biliões e não 5,8. Subtraindo as receitas e despesas de natureza financeira, neste quadro, **obtemos um saldo de 462 mil milhões e não de 588, o que não deixa de ser positivo.**

Os movimentos financeiros apresentam receitas no valor de 3 biliões (novos financiamentos) e despesas no valor de 3,9 biliões, com um *deficit* de 870 mil milhões, dos quais 657 correspondem a redução da dívida e 213 a outras despesas financeiras. **Em vez de se misturar a redução da dívida com os restantes gastos financeiros, estes últimos (213 mil milhões) deviam ser apresentados de forma absolutamente transparente e autónoma.** Tratando-se de movimentos que, podendo ser necessários, **retiram fundos muito importantes para a redução da dívida ou**

o aumento dos serviços públicos, a sua explicação deveria ser exaustiva e cabalmente sublinhada.

Se excluirmos a redução da dívida, que é a única coisa que deve ser excluída, subtraindo ao saldo orçamental de 462 mil milhões os 213 mil milhões de despesa financeira, obtemos 250 mil milhões de *superavit*, o que, não sendo brilhante, é muito louvável.

Três rubricas ressaltam nos gastos por natureza: 1) pessoal (executado a 96%, representando cerca de 30% da despesa não financeira e com um crescimento nominal de 2% relativamente a 2017, ou seja, um aumento real negativo); 2) investimentos (executado a 88%, representando cerca de 23% da despesa não financeira e com um crescimento nominal de -10%, relativamente a 2017); 3) juros, que têm uma execução de 113% (são maiores do que o esperado), representam já 21% do total da despesa não financeira e cresceram 101% relativamente a 2017 (quase 80% em termos reais), demonstrando bem a necessidade de redução urgente da dívida.

A despesa em Bens e Serviços cresce 2% em termos nominais, isto é, tem um crescimento negativo de cerca de 15%, em termos reais, tal como os gastos com pessoal. De notar ainda que este aumento resulta do crescimento homólogo de 12% na despesa de Serviços e da queda acentuada de -15% da rubrica bens (cerca de $\frac{1}{3}$ em termos reais). **Embora tenha havido ganhos de eficiência na aquisição de bens, esta redução demonstra bem a incapacidade de mantermos e garantirmos uma correcta função das estruturas existentes.**

A informação sobre a dívida é extensa, mas peca por **não permitir uma análise dinâmica, isto é, quanto cresceu e como se reparte o valor do crescimento entre o valor nominal da dívida e a valorização do *stock* da dívida por efeito da desvalorização da moeda.** Considerando que a maior parte da dívida, mesmo interna, está denominada ou indexada a moeda estrangeira, o conhecimento do efeito de desvalorização seria essencial para se perceber se houve uma boa gestão; o mesmo relativamente aos restantes critérios de mitigação de risco listados no n.º 172, mas sem qualquer explicação adicional.

Fica pelo menos a informação detalhada do *stock* de dívida a 31 de Dezembro do 2018, sintetizado nos n.ºs 161 e 162, que **totalizou “21,7 biliões, equivalente a US\$ 70,77 mil milhões [...] composta por 61% de dívida externa no valor de Kz 13,1 biliões, equivalente a US\$ 42,88 mil milhões, e 39% por dívida interna de Kz 8,6 biliões, equivalente a US\$ 27,89 mil milhões [...]”**. “A dívida das Empresas Públicas, designadamente a Sonangol e a Taag, cifrou-se em Kz 1,4 biliões, equivalente a US\$ 4,7 mil milhões.”

O nível de investimentos é totalmente incompatível com o crescimento da despesa de funcionamento (bens e serviços) resultando na criação de mais e mais estruturas que ficam abandonadas ou se deterioram rapidamente por serem usadas de forma inadequada. Nas nossas circunstâncias, é fundamental **pôr a funcionar o que existe e não fazer novos investimentos, mesmo que aparentemente muito úteis, se não se puder adequar-lhes a despesa de funcionamento.** A redução da despesa corrente deve ser feita pela via da reestruturação do Estado e o aumento da produtividade e não à custa de deixar os investimentos degradados, destruindo valor, como se tem verificado.

A despesa por função tem uma execução de 93% nos gastos sociais e económicos, 98% na defesa e segurança e 86% nos Serviços Gerais do Estado, do que resultou uma execução global de 88%. **Esta distribuição parece ser globalmente positiva, isto é, a execução orçamental segue aparentemente a linha estabelecida no orçamento, apenas com o prejuízo da burocracia do Estado.**

Contudo, os orçamentos deviam, na nossa opinião, garantir a manutenção do nível dos serviços públicos existentes, melhorando, apenas e exclusivamente, as direcções prioritárias enunciadas, reduzindo assim significativamente a despesa e a dívida.

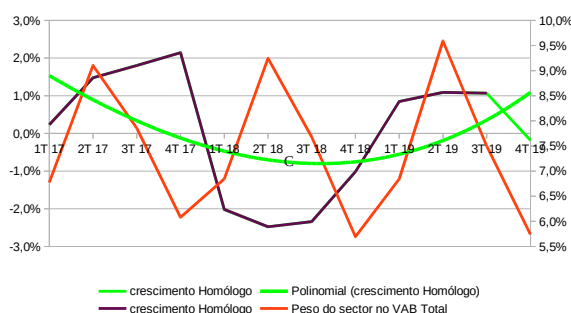
5 ANEXOS

5.1 VAB dos restantes sectores

5.1.1 Agricultura

Os dados são fornecidos pelo Ministério da Agricultura e recolhidos de forma administrativa. Seria desejável que se passasse a privilegiar a informação dos mercados.

Gráfico 19 – Evolução do VAB das actividades agrícolas



Todos os trimestres de 2018 são negativos, com tendência para o crescimento a partir do 3.º Trimestre; todos os trimestres de 2019 são ligeiramente positivos (à volta de 1%), mas a previsão aponta para um crescimento nulo no 4.º Trimestre.

A linha de tendência mantém a curvatura convexa, com tendência crescente, a partir do 3.º Trimestre de 2018, atingindo o ponto zero no 2.º Trimestre de 2019, apresentando uma tendência positiva de 1% no final do ano.

O peso do sector na economia oscilou entre cerca de 6% e 9,5%, com sazonalidade regular, apresentando picos nos 2.ºs trimestres e forte baixa nos 4.ºs trimestres.

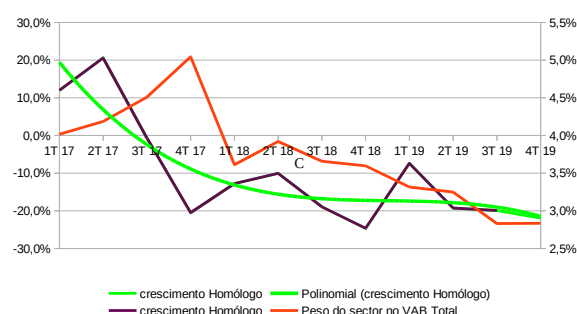
5.1.2 Pescas

Os dados são fornecidos pelo Ministério das Pescas, por métodos administrativos.

Contudo, porque os operadores desejam manter-se dentro das suas quotas e pagar menos taxas, têm tendência para reduzir os volumes de capturas: aqui, o “erro” parece ser voluntário. A informação parece ser bastante abrangente (embora deturpada) para a pesca marítima executada pelos operadores formais, mas não inclui o vasto sector informal, no mar, e limita a pesca, nos rios, a alguns projectos de aquacultura.

Considerando os dados existentes, o crescimento homólogo é sempre negativo, desde o 4.º Trimestre de 2017, com alguma redução da queda, nos primeiros trimestres de 2018 e no 1.º Trimestre de 2019.

Gráfico 20 – Evolução do VAB actividades pesqueiras



O crescimento do sector é negativo, entre os -10% e -20%, a partir do 3.º Trimestre de 2017. A linha de tendência inverte-se de convexa para côncava no 2.º Trimestre de 2019, atingindo cerca de -20% no com a previsão do 4.º Trimestre.

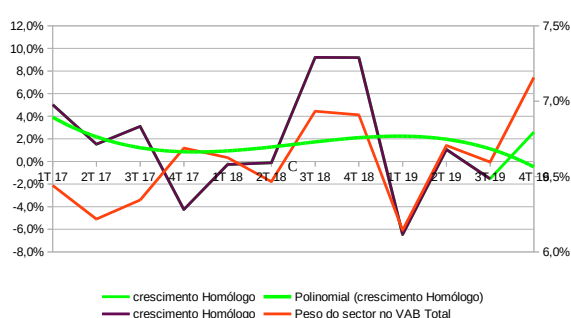
O peso do sector apresenta uma queda constante, situando-se em menos de 3% com a previsão do 4.º Trimestre.

Num país com uma linha de costa de 3.600 km o peso insignificante do sector é bem o espelho da ineficácia da nossa economia.

5.1.3 Indústria

Os dados são fornecidos ao INE pelo Ministério da Indústria, sendo recolhidos por processos administrativos. O INE considera-os dados de qualidade, mas parece haver alguns atrasos e erro humano neste método de recolha, como veremos adiante.

Gráfico 21 – Evolução do VAB da actividade industrial



A trajectória do VAB é muito irregular, sendo possível que contenha vários erros estatísticos resultantes de transferências entre trimestres, como atesta o crescimento quase simétrico em períodos sucessivos, contrastando como uma trajectória pouco acentuada da tendência (entre 1,5% e 2% desde o 2.º Trimestre de 2017 ao 3.º Trimestre de 2019). A trajectória da tendência inverte-se no início de 2019, apontando para um crescimento

nulo se considerarmos a previsão do 4.º Trimestre.

Informações colhidas junto da banca comercial indicam que há alguns problemas de incumprimento da indústria, sobretudo devido ao aumento dos custos da componente importada.

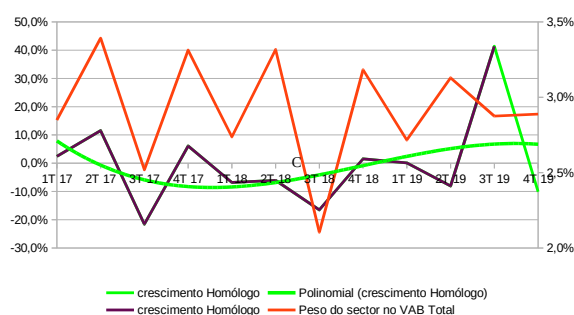
Apesar de ser o sector mais dinâmico e estável na produção de bens transaccionáveis, a tendência inferior aos 2% e o seu declínio em direcção a um crescimento nulo são muito preocupantes.

O peso do sector apresenta sazonalidade com picos nos 4.ºs trimestres, o que corresponde à lógica da procura.

5.1.4 Indústria extractiva

Os dados sobre a extracção de diamantes são fornecidos pelo Ministério da Geologia e Minas e complementados com os dados da Endiama. Não há qualquer referência aos dados dos restantes subsectores.

Gráfico 22 – Evolução do VAB da actividade extractiva



Este sector é composto, maioritariamente, pela produção de diamantes brutos para exportação, e o seu comportamento depende muito do preço nos mercados internacionais.

O crescimento é quase sempre negativo, entre 0% e -10%, com um pico brusco de 40%, no 3.º Trimestre de 2019. O volume irrisório da produção justifica estes saltos bruscos.

A linha de tendência descreve um arco convexo, que se mantém em terreno negativo, atingindo quase -10% no 1.º Trimestre de 2018; no final desse ano, a tendência atinge quase 10% e inverte-se para um arco côncavo, de pendente muito pouco acentuada. Esta tendência sinusóide entre os -10% e +10% mostra uma virtual estagnação do sector ao longo da série.

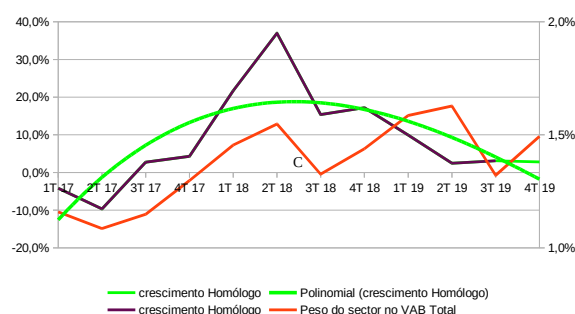
O peso do sector é irrisório, oscilando entre os 2,75% e os 3,25% do VAB não-petrolífero, com apenas 3 registos fora desta margem. O sector apenas vale pelo facto de ser composto, principalmente, por produtos de exportação, captadores de divisas.

A alteração dos processos de licenciamento e comercialização ainda não apresentou qualquer efeito visível.

5.1.5 Electricidade e água

Não é perfeitamente claro o que está incluído neste VAB. O VAB do sector deve apenas apresentar os valores da distribuição de energia e água (produtos finais) e não os da sua produção (produtos intermédios).

Gráfico 23 – Evolução do VAB do sector eléctrico e das águas



Em termos dinâmicos, a composição do VAB não é relevante, caso não se altere o critério; alterando-o, como parece ter acontecido no 2.º Semestre de 2017, as alterações perdem significado.

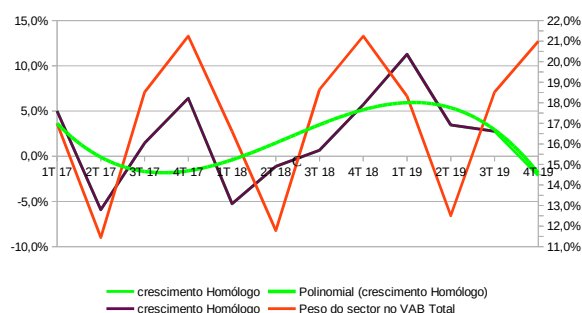
Os crescimentos que atingiram quase 40% no 2.º Trimestre de 2018 parecem ter-se devido à alteração de critérios. Em 2019, o crescimento estabiliza à volta de 3%.

A linha de tendência é côncava devido ao pico de crescimento de 40%, atingindo terreno negativo no final deste ano. Porém, como acabámos de ver, esta linha está muito marcada pela alteração do critério de contabilização do VAB deste sector, sendo preferível acreditar numa estabilização do crescimento em linha com o crescimento da população (3%), do que resulta que o *deficit* de água e energia não esteja a ser substancialmente reduzido.

O peso do sector é muito reduzido, oscilando, desde o 4.º Trimestre de 2017, entre 1,3% e 1,6% do VAB não-petrolífero.

5.1.6 Construção

Gráfico 24 – Evolução do VAB do sector da construção



Segundo o INE, os dados são baseados na produção de cimento e clínquer. Não se entende, portanto, como pôde ter havido um crescimento de 11,6% no 4.º Trimestre de 2017 (posteriormente corrigido para 8%) em plena crise do cimento e do clínquer! Algo poderá estar muito errado nestes dados.

O crescimento homólogo apresenta uma forte correlação com o peso do sector, com fortes variações difíceis de entender. A partir do 1.º

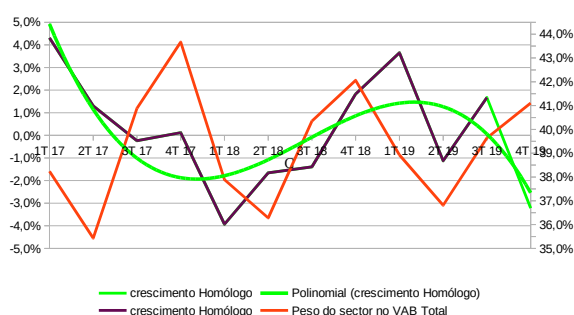
Trimestre de 2018, apresenta uma pendente regular que atinge valor positivo, no 3.º Trimestre desse ano e mais de 10%, no 1.º Trimestre de 2019.

Nos 2.º e 3.º Trimestres, a tendência inverte-se, prevendo-se um crescimento próximo de 0% no final do ano e registando-se queixas de forte abrandamento da procura por parte dos empresários e de excessivo domínio do mercado por parte do Estado.

O peso do sector é muito significativo, apresentando uma variação sazonal, com picos nos 4.ºs trimestres (21%) e valores muito inferiores nos 2.ºs trimestres (entre 11% e 13%). Não conseguimos encontrar qualquer lógica para esta variação acentuada e regular.

5.1.7 Produção total de bens

Gráfico 25 – Evolução da produção total de bens



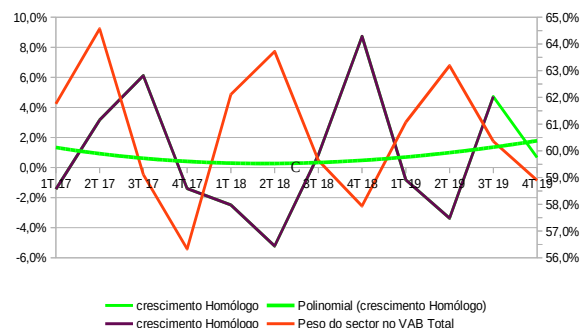
A produção total de bens sofre uma profunda redução até ao 1.º Trimestre de 2018, invertendo, depois, a tendência de queda e alcançando terreno positivo no 4.º Trimestre de 2018, impulsionada pelo sector da construção. Em 2019 o crescimento volta a oscilar significativamente, apresentando valores negativos no 2.º Trimestre e na previsão do 4.º Trimestre.

A linha de tendência é do tipo sinusoidal, parecendo oscilar entre os -2% e +2%, mas apresenta alguns sintomas de degradação para -3% no final de 2019.

O peso da produção de bens é muito sazonal, variando entre os 36% e 37%, nos 2.ºs trimestres, e 41% e 43%, nos 4.ºs trimestres, seguindo a variação sazonal do sector da construção, que tem um peso muito significativo. Contudo, a sazonalidade tem decrescido, passando de uma banda de variação de 35,5% a 41,5%, em 2017, para 37% a 41%, em 2019.

5.1.8 Total dos serviços

Gráfico 26 – Evolução da produção total de serviços



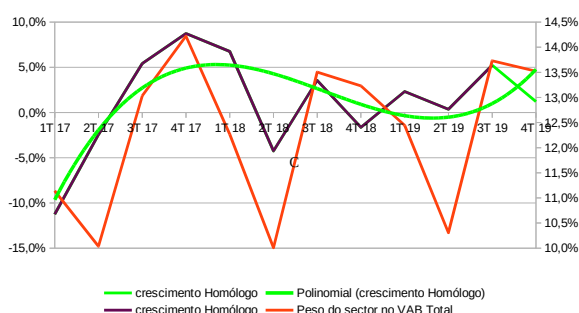
A linha de crescimento homólogo apresenta oscilações muito profundas entre -5% e 8%.

A linha de tendência descreve um arco convexo pouco acentuado, entre os 0% e os 2%.

O peso apresenta fortes oscilações, com picos nos 2.ºs trimestres e vales nos 4.ºs trimestres.

5.1.9 Serviços públicos

Gráfico 27 – Evolução da produção total de serviços públicos



O valor dos serviços públicos corresponde, de acordo com o INE, à remuneração de empregados do Estado. Como, durante o período da série, apenas se registou um aumento nominal, em Janeiro de 2019, e o número de funcionários públicos não tem variado significativamente, o crescimento deveria ter sido influenciado, sobretudo, pela inflação, o que não corresponde minimamente aos dados apresentados.

O crescimento oscila, a partir do 3.º Trimestre de 2018, entre 0% e 5%, apenas com um valor ligeiramente negativo fora desta banda, no 4.º Trimestre de 2018.

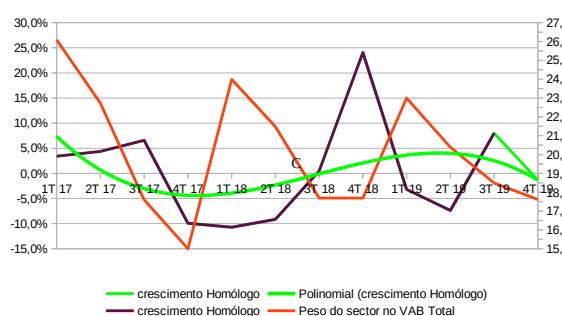
A linha de tendência é sinusoidal, a partir do 3.º Trimestre de 2017, variando entre 0% e 5%.

O peso oscila de forma muito irregular entre os 10% e os 13,5% do VAB não-petrolífero, com vales nos 2.ºs trimestres e picos nos 3.º e 4.º, relacionados, possivelmente, com o pagamento do 13.º mês.

5.1.10 Comércio

De acordo com o relatório referente ao 4.º Trimestre de 2017, este sector é calculado com base num índice composto, incluindo volumes de alimentos e indústria transformadora, assim como bens importados.

Gráfico 28 – Evolução da actividade de comércio



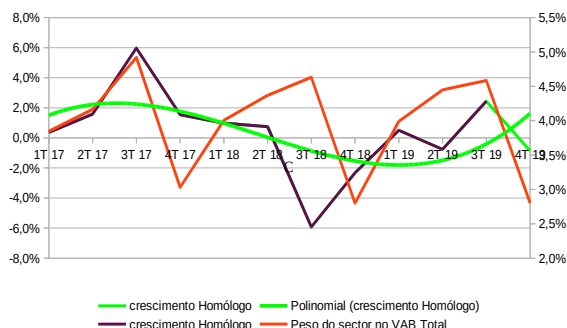
O crescimento de quase 25% no 4.º Trimestre de 2018 é claramente um erro estatístico. O sector apresenta crescimentos negativos próximos dos -10% entre o 4.º Trimestre de 2017 e o 2.º Trimestre de 2018; durante o resto da série, com excepção da anomalia assinalada, os crescimentos oscilam entre os -5% e os +5%.

A tendência é, também, sinusoidal, entre os -5% e +5% em toda a série.

O peso do sector oscila, a partir de 2018, entre os 18% e 24%, com tendência para a redução da variação, apresentando, apesar disso, forte sazonalidade, com picos nos 1.ºs trimestres e vales nos 4.ºs trimestres, o que é completamente absurdo e só pode resultar de atrasos regulares na comunicação dos dados.

5.1.11 Logística

Gráfico 29 – Evolução dos serviços de logística



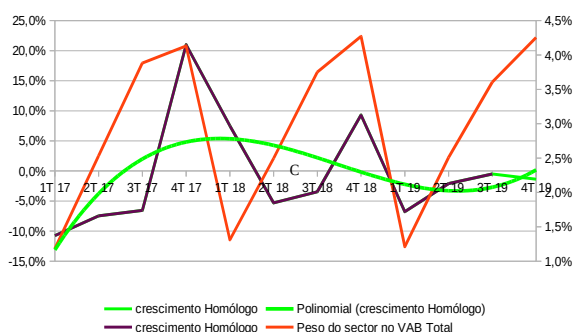
O crescimento da logística (transportes e armazenagem) apresenta 2 desvios, sem qualquer justificação, nos 3.ºs trimestres de 2017 e 2018 (um pico de 6% em 2017 e um vale de -6% em 2018). Do nosso ponto de vista, estes valores não podem ser, senão, erros estatísticos.

Eliminando estes dois valores, o crescimento da logística é muito estável, oscilando entre os -2% e os +2%, o que corresponde à linha de tendência.

O peso do sector é reduzido, oscilando entre os 3% e os 4,5%, com sazonalidade marcada por picos nos 3.ºs trimestres e vales nos 4.ºs trimestres, o que pode corresponder ao aumento de existências para fazer face às vendas no 4.º Trimestre (que, curiosamente, nas estatísticas do comércio, aparecem deslocadas para o 1.º Trimestre).

5.1.12 Telecomunicações

Gráfico 30 – Evolução dos serviços de telecomunicações



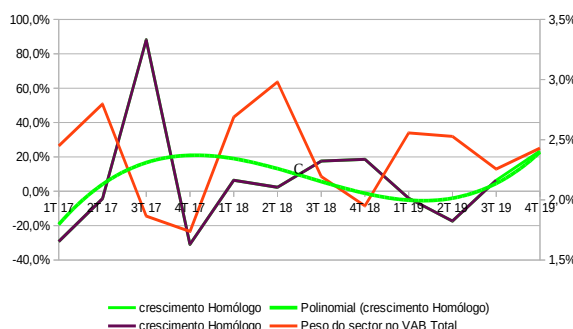
As telecomunicações têm, logicamente, um desenvolvimento muito regular em termos homólogos. Por isso, não se entende bem o desvio relativamente à linha bem definida, nos 4.ºs trimestres de 2017 e 2018, quando tratamos de crescimentos homólogos. Nos restantes trimestres, a variação homóloga oscila entre os -5% e os 0%, a partir do 2.º Trimestre de 2018.

A linha de tendência é, também, sinusoidal, mas a faixa de variação estreita-se a partir do 3.º Trimestre de 2018 (entre 2,5% e -2%).

O peso do sector segue uma linha lógica, com picos no final do ano e vales nos 1.ºs trimestres e sem grande relevância global (entre 1,5% e 4,0% do VAB não-petrolífero).

5.1.13 Intermediação financeira e de seguros

Gráfico 31 – Evolução da actividade de intermediação financeira e de seguros



O crescimento no 3.º Trimestre de 2017 é claramente um erro estatístico (resultante de um erro dos valores de 2016).

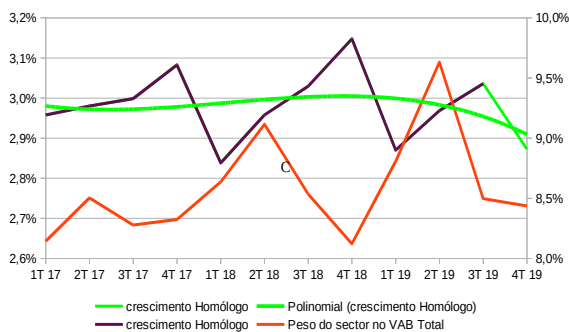
A partir de 2018, o crescimento do sector apresenta variações acentuadas na faixa entre -20% e 20%, devido ao reduzido volume do VAB.

A tendência, desde o 2.º Trimestre de 2017, oscila entre os 0% e 20%.

O peso do sector é reduzido, apresentando oscilações entre 1,5% e 2,5%.

5.1.14 Imobiliário

Gráfico 32 – Evolução dos serviços imobiliários



Os dados deste sector pecam por defeito, por haver muitos arrendamentos e serviços de intermediação imobiliária sem qualquer contrato e registo.

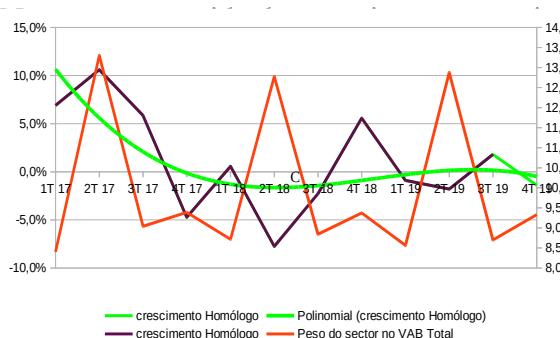
Mesmo assim, o peso do sector é significativo, variando entre 8% e 9,5%.

O crescimento varia muito pouco, com a moda entre os 2,9% e os 3,1%.

A tendência descreve um arco côncavo muito pouco acentuado (entre +2,9% e +3%), mas com alguma acentuação negativa, no final de 2019.

5.1.15 Outros serviços

Gráfico 33 – Evolução de outros serviços



mente incluídas viagens, hotelaria e restauração, ou entre -2,3% e 1,8%, com 2 exceções, -7,7% no 2.º trimestre de 2018.

partir do 4.º Trimestre de 2017.

stante, à volta dos 9%, durante todo o ano, excepto em meses acentuados que não conseguimos entender.

Num país que afirma apostar no turismo, esta parece não ser, pelo menos até agora, uma opção minimamente conseguida.

Em conclusão, parece que os dados contêm demasiadas variações trimestrais, que se eliminam mostrando, em geral, linhas de tendência com pequenas variações, de formato sinusoidal e quase horizontais, mostrando uma estagnação ou ligeira redução dos vários sectores da economia.

5.2 Tabelas complementares

Tabela 21 – Importação por categoria de produto

DESCRIÇÃO	Trimestral 2018				Trimestral 2019			IIIº Trimestre acumulado		
	Iº	IIº	IIIº	IVº	Iº	IIº	IIIº	2018	2019	Variação
Bens de consumo	2 137	2 338	2 280	2 503	1 946	2 072	2 070	6 755	6 087	-10%
Combustível	410	705	556	695	393	580	605	1 670	1 578	-6%
Bens alimentares	697	751	871	841	588	685	623	2 320	1 896	-18%
Veículos	184	170	146	160	197	172	172	499	541	8%
Produtos químicos	251	301	325	298	263	244	273	877	780	-11%
Obras diversas	122	151	152	175	174	119	120	425	413	-3%
Texteis e vestuário	75	81	99	120	85	84	104	254	273	7%
Bebidas e vinagre	34	36	31	51	35	34	30	101	98	-2%
Papel ou cartão e suas obras	43	48	63	134	113	122	124	153	359	135%
Outros Produtos	322	96	37	30	98	33	18	455	150	-67%
Bens intermédios	316	396	535	421	423	385	406	1 247	1 215	-3%
Material de construção	185	228	306	241	237	235	224	719	696	-3%
Plásticos, borrachas, pele e couros	118	152	212	160	167	136	172	481	475	-1%
Produtos minerais	7	8	8	8	8	7	4	23	19	-18%
Madeira, cortiça	7	8	9	12	11	7	7	24	25	1%
Bens de capital	812	2 341	909	810	2 337	669	732	4 062	3 739	-8%
Máquinas, aparelhos mecânicos e eléctricos	799	697	860	748	789	656	689	2 356	2 134	-9%
Aeronaves e embarcações	13	1 644	49	63	1 548	14	43	1 706	1 605	-6%
TOTAL GERAL	3 266	5 075	3 724	3 734	4 706	3 126	3 208	12 064	11 041	-8%

Tabela 22 – Importação de serviços (milhões de dólares)

Importações de serviços por sector de actividade	Trimestral 2018			Trimestral 2019			IIIº Trimestre acumulado		
	Iº	IIº	IIIº	Iº	IIº	IIIº	2018	2019	Variação
Transporte	709	1 044	780	965	707	733	2 533	2 405	-5%
Sector petrolífero	538	483	501	470	463	462	1 522	1 395	-8%
Construção	426	647	408	316	309	369	1 482	994	-33%
Viagens	152	141	137	108	117	138	430	364	-15%
Serviços de seguros e previdência	112	83	86	75	74	80	281	230	-18%
Serviços pessoais, culturais e recreativos	0	21	28	41	34	49	49	124	153%
Serviços de manutenção e reparação n.i.e.	50	20	14	9	16	45	83	70	-16%
Serviços financeiros	118	85	81	56	71	43	284	170	-40%
Taxas pelo uso da propriedade intelectual n	39	32	68	15	28	31	140	74	-48%
Bens e serviços do governo n.i.e.	55	74	94	73	43	28	223	144	-35%
Serviços de telecomunicações, informática e	31	24	30	54	49	22	85	125	47%
Outros Serviços de Negócios	141	212	115	82	73	47	468	202	-57%
TOTAL	2 372	2 865	2 343	2 264	1 984	2 047	7 580	6 296	-17%

6 ACRÓNIMOS

BM	– Banco Mundial
BNA	– Banco Nacional de Angola
FMI	– Fundo Monetário Internacional
IPCN	– Índice Preços no Consumidor Nacional
IVA	– Imposto do Valor Acrescentado
OT	– Obrigações do Tesouro
PAC	– Programa de Apoio ao Crédito
PIB	– Produto Interno Bruto
PRR	– Passivos Relacionados com Reserva
REPO	– Empréstimos com Acordos de Recompra
RIL	– Reservas Internacionais Líquidas
RIB	– Reservas Internacionais Brutas

ÍNDICE DETALHADO

NOTA INTRODUTÓRIA.....	2
1 SUMÁRIO.....	3
2 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB).....	8
2.1 PIB TOTAL.....	8
2.2 VALOR ACRESCENTADO BRUTO (VAB) SECTORIAL, QUADROS GERAIS.....	10
2.3 SECTOR PETROLÍFERO.....	12
2.4 VAB NÃO PETROLÍFERO.....	14
2.5 A QUESTÃO DEMOGRÁFICA.....	15
2.6 ESTRUTURA DO VAB NÃO-PETROLÍFERO.....	15
2.7 O EMPREGO.....	17
2.8 TOTAL DOS SECTORES PRIORITÁRIOS.....	17
2.9 RESTANTE ANÁLISE POR SECTORES.....	18
3 ESFERA EXTERNA — BALANÇA DE PAGAMENTOS (BP).....	19
3.1 VISÃO GERAL.....	19
3.2 BALANÇA CORRENTE E DE CAPITAL.....	20
3.3 BALANÇA DE BENS.....	20
3.3.1 EXPORTAÇÕES.....	20
3.3.2 IMPORTAÇÕES.....	21

3.4	BALANÇA DE SERVIÇOS.....	22
3.5	TRANSFERÊNCIAS DE RENDIMENTOS.....	23
3.6	POSIÇÃO DE INVESTIMENTO INTERNACIONAL LÍQUIDO.....	24
3.6.1	ACTIVOS – INVESTIMENTO ANGOLANO NO EXTERIOR.....	25
3.6.1.1	INVESTIMENTO DIRECTO.....	25
3.6.1.2	EMPRÉSTIMOS.....	26
3.6.1.3	MOEDA E DEPÓSITOS.....	26
3.6.1.4	INVESTIMENTO DE CARTEIRA.....	26
3.6.1.5	CRÉDITOS COMERCIAIS E ADIANTAMENTOS.....	26
3.6.1.6	DERIVADOS FINANCEIROS E OUTROS.....	27
3.6.2	PASSIVOS — INVESTIMENTO ESTRANGEIRO EM ANGOLA.....	27
3.6.2.1	INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO EM ANGOLA.....	27
3.6.2.2	EMPRÉSTIMOS.....	27
3.6.2.3	MOEDA E DEPÓSITOS.....	27
3.6.2.4	CRÉDITOS COMERCIAIS E ADIANTAMENTOS.....	27
3.6.2.5	OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS.....	28
3.7	RESERVAS.....	28
4	POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS.....	30
4.1	AMBIENTE DE NEGÓCIOS.....	30
4.1.1	POLÍTICAS DE DEFESA DA PRODUÇÃO NACIONAL.....	30
4.1.2	REFORMA DO ESTADO.....	32
4.1.3	SEGURANÇA JURÍDICA.....	33
4.1.4	DESPESAS FISCAIS IMPULSIONADORAS DOS NEGÓCIOS.....	34
4.1.5	EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA.....	35
4.1.6	CONCLUSÃO.....	35
4.2	POLÍTICA MONETÁRIA.....	36
4.2.1	POLÍTICA CAMBIAL.....	36
4.2.2	VENDA DE DIVISAS.....	37
4.2.3	AGREGADOS MONETÁRIOS.....	37
4.2.4	TAXAS DE JURO E CRÉDITO À ECONOMIA.....	39
4.2.5	INFLAÇÃO.....	41
4.2.6	POLÍTICA FISCAL — ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO — OGE.....	43
5	ANEXOS	45
5.1	VAB DOS RESTANTES SECTORES.....	45
5.1.1	AGRICULTURA.....	45
5.1.2	PESCAS.....	45

5.1.3	INDÚSTRIA.....	46
5.1.4	INDÚSTRIA EXTRACTIVA.....	46
5.1.5	ELECTRICIDADE E ÁGUA.....	47
5.1.6	CONSTRUÇÃO.....	47
5.1.7	PRODUÇÃO TOTAL DE BENS.....	48
5.1.8	TOTAL DOS SERVIÇOS.....	48
5.1.9	SERVIÇOS PÚBLICOS.....	49
5.1.10	COMÉRCIO.....	49
5.1.11	LOGÍSTICA.....	50
5.1.12	TELECOMUNICAÇÕES.....	50
5.1.13	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA E DE SEGUROS.....	50
5.1.14	IMOBILIÁRIO.....	51
5.1.15	OUTROS SERVIÇOS.....	51
5.2	TABELAS COMPLEMENTARES.....	54
6	ACRÓNIMOS.....	53

GRÁFICOS:

Gráfico 1 – Evolução do PIB em medidas encadeadas de volume 2017–2019.....	8
Gráfico 2 – Crescimento do PIB deflacionado.....	9
Gráfico 3 – Evolução da procura interna de produtos internos 2017–2019.....	10
Gráfico 4 – Evolução do crescimento e peso do VAB petrolífero.....	12
Gráfico 5 – Previsão da Sonangol para produção de petróleo bruto.....	13
Gráfico 6 – Evolução do VAB não petrolífero.....	14
Gráfico 7 – Evolução da procura interna de produto.....	14
Gráfico 8 – Indicador de clima económico (VE-MM3).....	16
Gráfico 9 – Evolução dos sectores prioritários.....	17
Gráfico 10 – Estrutura das exportações (milhões de USD).....	21
Gráfico 11 – Estrutura das importações (milhões de USD).....	21
Gráfico 12 – Estrutura da importação de serviços (milhões de USD).....	23
Gráfico 13 – Evolução das RIL e RIB.....	28
Gráfico 14 – Evolução das taxas de câmbios.....	36
Gráfico 15 – Evolução das vendas de divisas (milhões de Eur).....	37
Gráfico 16 – Evolução das taxas da banca e crédito.....	39
Gráfico 17 – Evolução das BT e OT.....	39
Gráfico 18 – Crédito ao consumo e à produção.....	40
Gráfico 19 – Evolução do VAB das actividades agrícolas.....	45
Gráfico 20 – Evolução do VAB actividades pesqueiras.....	45
Gráfico 21 – Evolução do VAB da actividade industrial.....	46
Gráfico 22 – Evolução do VAB da actividade extractiva.....	46
Gráfico 23 – Evolução do VAB do sector eléctrico e das águas.....	47
Gráfico 24 – Evolução do VAB do sector da construção.....	47
Gráfico 25 – Evolução da produção total de bens.....	48
Gráfico 26 – Evolução da produção total de serviços.....	48
Gráfico 27 – Evolução da produção total de serviços públicos.....	49
Gráfico 28 – Evolução da actividade de comércio.....	49
Gráfico 29 – Evolução dos serviços de logística.....	50
Gráfico 30 – Evolução dos serviços de telecomunicações.....	50
Gráfico 31 – Evolução da actividade de intermediação financeira e de seguros.....	50

Gráfico 32 – Evolução dos serviços imobiliários.....	51
Gráfico 33 – Evolução de outros serviços.....	51

TABELAS:

Tabela 1 – Variação do PIB <i>versus</i> Previsões.....	8
Tabela 2 – Quadro geral do crescimento por sectores.....	11
Tabela 3 – Quadro geral do peso por sectores.....	11
Tabela 4 – Perspectivas de crescimento da produção.....	12
Tabela 5 – Previsões de crescimento da produção.....	13
Tabela 6 – VAB não petrolífero <i>versus</i> procura interna.....	15
Tabela 7 – Estrutura do VAB não petrolífero.....	15
Tabela 8 – Balança de pagamentos.....	19
Tabela 9 – Balança Real.....	20
Tabela 10 – Exportações por categoria de produto.....	20
Tabela 11 – Preço dos diamantes por quilate.....	21
Tabela 12 – Importação por categoria de produto.....	22
Tabela 13 – Importações (milhões de dólares).....	22
Tabela 14 – Transferência de rendimentos (milhões de dólares).....	23
Tabela 15 – Juros e lucros transferidos (milhões de dólares).....	24
Tabela 16 – Posição líquida do investimento internacional (milhões de dólares).....	25
Tabela 17 – Reservas (milhões de dólares).....	28
Tabela 18 – Agregados monetários.....	37
Tabela 19 – Taxa de crescimento dos agregados monetários.....	38
Tabela 20 – Estrutura e evolução dos <i>stocks</i> de crédito.....	40
Tabela 21 – Importação por categoria de produto.....	52
Tabela 22 – Importação de serviços (milhões de dólares).....	52

